

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e
relatório dos auditores independentes*

Índice

Balanço Patrimonial.....	3
Demonstração do Resultado.....	4
Demonstração de Resultados Abrangentes.....	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Demonstração do Valor Adicionado.....	8
1. A companhia e suas operações.....	9
2. Base de apresentação das demonstrações financeiras.....	9
3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Transpetro.....	11
4. Sumário das principais práticas contábeis.....	14
5. Novas normas e interpretações.....	20
6. Estimativas e julgamentos relevantes.....	21
7. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.....	24
8. Contas a receber.....	25
9. Partes relacionadas.....	26
10. Despesas antecipadas.....	27
11. Tributos	28
12. Demais ativos - Não circulante.....	31
13. Investimento em controladas.....	32
14. Imobilizado.....	33
15. Provisão para processos judiciais.....	35
16. Benefícios concedidos a empregados.....	37
17. Arrendamento mercantil.....	42
18. Patrimônio líquido.....	43
19. Resultado por ação.....	44
20. Ajuste de avaliação patrimonial	44
21. Receita.....	44
22. Custos e despesas por natureza.....	45
23. Outras despesas e receitas operacionais.....	46
24. Resultado financeiro líquido.....	47
25. PROMEF - Programa de modernização e expansão da frota.....	47
26. Seguros.....	48
27. Gerenciamento de riscos.....	49
Informação complementar - Balanço Social (Não auditada).....	51
Conselho de Administração e Diretoria	53
Parecer dos Auditores Independentes.....	54
Parecer do Conselho Fiscal.....	58
Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE)	59

Petrobras Transporte S.A. - Transpetro

Empresa do Sistema Petrobras

Balço Patrimonial

Exercícios findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7.1	94.464	63.660	850.578	753.705	Financiamentos	25	303.675	279.030	303.675	279.030
Títulos e valores mobiliários	7.2	1.116.429	1.460.856	1.116.429	1.460.856	Fornecedores		303.186	265.512	338.583	290.142
Contas a receber	8	35.107	12.246	35.107	12.246	Contas a pagar a partes relacionadas	9	543.138	682.250	568.238	780.523
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.353.527	1.360.417	1.332.291	1.345.303	Impostos e contribuições	11	98.478	96.991	98.552	97.044
Adiantamento a fornecedores		4.095	5.685	10.782	26.026	Provisão p/ Imp.Renda e Contrib.Social		-	-	5.387	1.246
Estoques		87.556	80.447	87.556	80.447	Dividendos e juros sobre capital próprio	18	-	27.677	-	27.677
Imposto de renda e contribuição social	11	309.082	54.798	309.082	54.798	Salários, benefícios e encargos sociais		225.341	218.766	225.728	218.969
Impostos e contribuições	11	58.553	31.546	58.559	31.576	Provisão p/ Participações de Empregados	16.2	87.998	27.691	87.998	27.691
Despesas antecipadas	10	1.565	11.893	52.379	68.270	Demais contas e despesas a pagar		36.785	30.430	36.855	30.504
Outros ativos circulantes		42.078	49.182	42.079	49.182	Receitas a apropriar		495	539	495	539
		<u>3.102.456</u>	<u>3.130.730</u>	<u>3.894.842</u>	<u>3.882.409</u>			<u>1.599.096</u>	<u>1.628.886</u>	<u>1.665.511</u>	<u>1.753.365</u>
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Financiamentos	25	5.659.835	5.305.695	5.659.835	5.305.695
Títulos e valores mobiliários	7.2	58.265	55.852	58.265	55.852	Fornecedores		36.030	27.286	36.030	27.286
Contas a receber de partes relacionadas	9	17.616	17.616	-	-	Provisão para processos judiciais	15.1	245.754	238.505	245.754	238.505
Tributos e contrib. Sociais diferidos	11	898.839	535.442	898.839	535.442	Contas a pagar a partes relacionadas	9	161.457	219.253	161.457	219.253
Depósitos judiciais	15.3	197.507	197.354	197.507	197.354	Receitas a apropriar		4.724	5.219	4.724	5.219
Adiantamento a fornecedores		15.827	32.556	15.827	32.556	Passivo atuarial	16	974.725	767.048	974.725	767.048
Demais ativos	12	86.980	157.606	86.980	157.606	Impostos e contribuições	11	48.848	50.658	48.848	50.658
		<u>1.275.034</u>	<u>996.426</u>	<u>1.257.418</u>	<u>978.810</u>	Demais contas a pagar		17.617	17.617	17.617	17.617
								<u>7.148.990</u>	<u>6.631.281</u>	<u>7.148.990</u>	<u>6.631.281</u>
								<u>8.748.086</u>	<u>8.260.167</u>	<u>8.814.501</u>	<u>8.384.646</u>
Investimentos	13	1.179.767	1.031.039	-	-	Patrimônio líquido					
Imobilizado	14 e 25	6.602.386	7.322.041	7.073.797	7.743.496	Capital social realizado	18	3.403.344	3.403.344	3.403.344	3.403.344
Intangível		20.894	6.816	20.895	6.816	Reserva de capital		-	5.792	-	5.792
		<u>7.803.047</u>	<u>8.359.896</u>	<u>7.094.692</u>	<u>7.750.312</u>	Reservas de lucros		-	591.411	-	591.411
						Ajustes de avaliação patrimonial	20	353.710	226.338	353.710	226.338
						Prejuízos Acumulados		(324.603)	-	(324.603)	-
								<u>3.432.451</u>	<u>4.226.885</u>	<u>3.432.451</u>	<u>4.226.885</u>
Total do ativo		12.180.537	12.487.052	12.246.952	12.611.531	Total do passivo e patrimônio líquido		12.180.537	12.487.052	12.246.952	12.611.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida de serviços prestados	21	6.680.188	6.385.903	7.640.492	7.464.473
Custo dos serviços prestados	22	(4.611.499)	(4.461.566)	(5.596.684)	(5.486.833)
Lucro bruto		2.068.689	1.924.337	2.043.808	1.977.640
Despesas operacionais					
Vendas	22	(35.752)	(32.674)	(35.752)	(32.674)
Gerais e administrativas					
De administração	22	(830.074)	(814.675)	(837.105)	(820.459)
Tributárias	22	(98.934)	(87.552)	(98.934)	(87.552)
Perda no valor recuperável de ativos - Impairment	14	(1.630.011)	(383.232)	(1.630.011)	(383.232)
Outras despesas operacionais, líquidas	23	(186.723)	(99.309)	(195.244)	(102.072)
		(2.781.494)	(1.417.442)	(2.797.046)	(1.425.989)
Participação em controlada	13	(27.547)	48.578	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(740.352)	555.473	(753.238)	551.651
Receitas financeiras	24	75.081	182.712	91.517	189.995
Despesas financeiras	24	(480.625)	(439.265)	(480.879)	(439.410)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	24	(571)	7.449	2.481	7.471
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(1.146.467)	306.369	(1.140.119)	309.707
Imposto de renda e contribuição social Corrente	11	-	(311.597)	(6.348)	(314.935)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	11	337.245	126.455	337.245	126.455
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(809.222)	121.227	(809.222)	121.227
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído - R\$	19	(0,24)	0,04		
Quantidade de lote de mil ações ao final do exercício	19	3.403.344	3.403.344		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Transporte S.A. - Transpetro
 Empresa do Sistema Petrobras

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(809.222)	121.227	(809.222)	121.227
Outros componentes do resultado abrangente:					
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Remensuração - Benefícios de planos de pensão	16	(35.290)	(18.647)	(35.290)	(18.647)
Imposto diferido		11.998	6.340	11.998	6.340
		(23.292)	(12.307)	(23.292)	(12.307)
Remensuração - Benefícios de saúde pós-emprego	16	(25.610)	145.938	(25.610)	145.938
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:					
Ajustes acumulados de conversão em investidas					
Reconhecidos no Patrimônio líquido	13	176.274	17.504	176.274	17.504
Transferidos para o resultado	13				
Resultado abrangente total		(681.850)	272.362	(681.850)	272.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Transpetro International BV não apresentou, nos exercícios de 2017 e 2018, eventos que impactassem esta demonstração.

Petrobras Transporte S.A. - Transpetro
 Empresa do Sistema Petrobras



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Controladora e consolidado											
	Nota	Capital social realizado	Reserva de capital		Reservas de lucros				Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
			Incentivos fiscais	Legal	Lucros a realizar	Incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016		3.403.344	5.792	414.666	-	83.196	25.822	-	-	75.202	4.008.023
Ajuste de conversão de investimento no exterior	13									17.504	17.504
Remensuração passivo atuarial - Petros 2 e AMS										133.631	133.631
Dividendo adicional proposto							(25.822)				(25.822)
Complemento dividendo											
Lucros líquido do exercício									121.227		121.227
Destinação do lucro:											
Reserva legal				6.061					(6.061)		-
Reserva de incentivos fiscais					4.457				(4.457)		-
Dividendos adicional proposto	18						83.031		(83.031)		-
Dividendos propostos	18								(27.677)		(27.677)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		3.403.344	5.792	420.727	-	87.653	83.031	-	-	226.338	4.226.885
Ajuste de conversão de investimento no exterior	13									176.274	176.274
Mensuração passivo atuarial - Petros 2 e AMS										(48.902)	(48.902)
Adoção inicial IFRS9 - ativos financeiros	2.3.1								(29.554)		(29.554)
Dividendo adicional proposto	18						(83.031)				(83.031)
Prejuízo do exercício									(809.222)		(809.222)
Absorção do prejuízo:											
Reserva de capital			(5.792)						5.792		-
Reserva legal				(420.727)					420.727		-
Reserva de incentivos fiscais						(87.653)			87.653		-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		3.403.344	-	-	-	-	-	-	(324.603)	353.710	3.432.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(809.222)	121.227	(809.222)	121.227
Ajustes para:				
Provisão para Imposto de renda e contribuição social	-	311.597	6.348	314.935
Participação em empresa controlada	27.547	(48.578)	-	-
Depreciação e amortização	466.560	536.791	547.739	647.621
Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	1.630.011	383.232	1.630.011	383.232
Resultado com alienação e baixas de ativos	220	3.954	220	3.954
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	475.014	409.031	475.014	409.031
Variações cambiais e monetárias não realizados	6.364	7.573	6.364	7.573
Rendimentos títulos e valores mobiliários	(56.737)	(87.900)	(56.737)	(87.900)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(337.245)	(126.455)	(337.245)	(126.455)
Provisão para processos judiciais	7.249	84.482	7.249	84.482
Perdas com créditos esperadas	(2.083)	11	(2.083)	11
Provisão atuarial com plano de pensão	149.609	160.031	149.609	160.031
Outros ajustes	-	4.375	(13.798)	4.321
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber	(15.967)	(189.693)	(9.845)	(176.803)
Estoques	(7.109)	(7.034)	(7.109)	(7.034)
Depósitos Judiciais	(153)	(58.252)	(153)	(58.252)
Outros ativos	48.021	(22.407)	67.238	(21.625)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(163.003)	(31.173)	(225.410)	886
Impostos, taxas e contribuições	(277.458)	14.696	(278.453)	14.939
Imposto de renda e contribuição Social pagos	(4.740)	(47.707)	(5.906)	(49.928)
Outros passivos	78.610	57.437	78.790	57.255
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	1.215.488	1.475.238	1.222.621	1.681.501
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(826.461)	(827.890)	(889.384)	(881.318)
Títulos e valores mobiliários	398.750	(325.366)	398.750	(325.366)
Recebimentos pela alienação de ativos	-	9.953	-	9.953
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(427.711)	(1.143.303)	(490.634)	(1.196.731)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações	243.617	408.017	243.617	408.017
Amortizações de principal	(545.025)	(202.262)	(545.025)	(202.262)
Amortizações de juros	(342.846)	(308.171)	(342.846)	(308.171)
Dividendos pagos	(112.719)	(233.851)	(112.719)	(233.851)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(756.973)	(336.267)	(756.973)	(336.267)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	121.859	12.569
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	30.804	(4.332)	96.873	161.072
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	63.660	67.992	753.705	592.633
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	94.464	63.660	850.578	753.705
Transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa				
Ajustes líquidos - adições de imobilizado	548.024	489.266	548.024	489.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Vendas de serviços	7.878.972	7.513.403	8.839.276	8.591.973
Outras receitas operacionais	75.473	157.079	87.567	150.504
Receitas relacionadas a construção de ativos para uso	1.383.435	1.400.792	1.446.358	1.456.153
(-) Perdas com créditos esperadas	2.083	(11)	2.083	(11)
	9.339.963	9.071.263	10.375.284	10.198.619
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	(1.081.048)	(1.020.454)	(1.341.786)	(1.275.910)
Materiais consumidos	(227.426)	(205.143)	(248.881)	(228.754)
Energia, serviços de terceiros e outros	(1.907.997)	(1.926.821)	(1.997.817)	(1.983.894)
Créditos fiscais sob materiais consumidos	(7.461)	(8.792)	(7.461)	(8.792)
Créditos fiscais sob energia, serviços de terceiros e out	(194.177)	(194.638)	(194.177)	(194.638)
Perda e recuperação de ativos	(1.630.011)	(383.232)	(1.630.011)	(383.232)
	(5.048.120)	(3.739.080)	(5.420.133)	(4.075.220)
Valor adicionado bruto	4.291.843	5.332.183	4.955.151	6.123.399
Depreciação e amortização	(466.560)	(536.791)	(547.739)	(647.621)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	3.825.283	4.795.392	4.407.412	5.475.778
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(27.547)	48.578	-	-
Receitas financeiras - receita financeira e receita de variações monetárias e cambiais	112.415	208.038	128.863	215.362
	84.868	256.616	128.863	215.362
Valor adicionado total a distribuir	3.910.151	5.052.008	4.536.275	5.691.140
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	1.055.219	1.009.755	1.109.687	1.073.462
Participações de empregados	112.925	27.691	112.925	27.691
Honorários da diretoria e conselho de administração	12.444	11.888	12.444	11.888
Mão de obra adicional	529.003	522.583	531.019	524.113
Vantagens (alimentação transportes e outros)	161.364	180.010	161.776	185.571
Plano de aposentadoria e pensão	87.420	84.794	88.052	85.490
Plano de saúde	165.147	174.408	170.321	180.332
FGTS	60.259	57.713	60.259	57.713
	2.183.781	2.068.842	2.246.483	2.146.260
Entidades governamentais				
Impostos contribuições federais	841.478	1.119.805	847.850	1.123.176
Impostos contribuições estaduais	299.320	304.686	299.320	304.686
Impostos contribuições municipais	237.990	173.783	237.990	173.783
Imposto renda e contribuição social diferido	(337.245)	(126.455)	(337.245)	(126.455)
	1.041.543	1.471.819	1.047.915	1.475.190
Instituições financeiras				
Despesas financeiras e alugueis	1.494.049	1.390.121	2.051.099	1.948.464
Acionistas				
Lucros (prejuízos) retidos	(809.222)	93.549	(809.222)	93.549
Remuneração ao acionista	-	27.677	-	27.677
	(809.222)	121.226	(809.222)	121.226
Valor adicionado distribuído	3.910.151	5.052.008	4.536.275	5.691.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, doravante denominada "Transpetro" ou "companhia", é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e foi constituída em 12 de junho de 1998.

A companhia tem por objeto construir, manter e operar dutos e terminais marítimos ou terrestres, explorando atividades relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços de transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral, por meio de dutos, terminais e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal, bem como construir, manter e operar embarcações, explorando as atividades relacionadas, direta ou indiretamente, à utilização de embarcações próprias ou de terceiros, para os serviços de apoio marítimo, transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos e de gás em geral.

A Transpetro, diretamente ou por meio de sua controlada, associada ou não a terceiros, poderá exercer no país ou fora do território nacional qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

Atualmente, parte substancial das operações comerciais da companhia são realizadas com as empresas do sistema Petrobras.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia foram preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. O sumário das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa 4.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 5.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2019, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.2 Uso de estimativa e julgamento

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, e são revisadas periodicamente pela Administração.

As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 6.

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2018, a companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos: CPC 48 Instrumentos Financeiros, análogo ao IFRS 9 *Financial Instruments*; CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, análogo ao IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* e ICPC 21 Transação em moeda estrangeira e adiantamento, análogo ao IFRIC 22 *Foreign Currency Transactions and Advance Consideration*.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.3.1 IFRS 9 Financial Instruments / CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

De acordo com as disposições transitórias previstas pelo CPC 48, a companhia não reapresentou suas demonstrações financeiras de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a: classificação e mensuração de ativos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e modificações nos termos de ativos e passivos financeiros. Nestes casos, as diferenças nos valores contábeis de ativos financeiros e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidas em lucros acumulados no patrimônio líquido.

Informações sobre os impactos consolidados em 1º de janeiro de 2018 sobre os itens do balanço patrimonial são apresentados a seguir:

Item do balanço patrimonial	Divulgado em 31.12.2017	Ajuste pela adoção inicial do IFRS 9	Saldo em 01.01.2018
Ativo Não Circulante			
Demais Ativos	157.606	(44.779)	112.827
Imposto de renda e contribuição social diferidos	535.442	15.225	550.667
Patrimônio Líquido			
Lucros acumulados	-	(29.554)	(29.554)

Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (*Impairment*)

O CPC 48 substitui o modelo de perda incorrida estabelecido pelo CPC 38 pelo modelo de perda esperada. A provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. O CPC 48 eliminou as seguintes categorias estabelecidas pelo CPC 38: mantidos até o vencimento, empréstimos e contas a receber e disponíveis para venda.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para títulos e valores mobiliários em 1º de janeiro de 2018:

Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova Classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Empréstimos e Recebíveis	3.982	Custo amortizado	3.982
Empréstimos e Recebíveis	44	Valor Justo por meio do Resultado	44

Em milhões de R\$

As notas explicativas 4 e 5 contêm informações adicionais sobre as principais práticas contábeis e estimativas e julgamento relevantes referentes aos instrumentos financeiros.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.3.2 IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers/CPC 47 Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 substituiu os CPC 17 (R1) Contratos de Construção e CPC 30 (R1) Receitas, bem como suas respectivas interpretações. Ao adotar o CPC 47, a companhia determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Em conformidade com as disposições transitórias previstas pelo IFRS 15, a companhia adotou o pronunciamento retrospectivamente, no entanto, não identificamos a necessidade de ajustes em lucros acumulados ou de apresentação na demonstração de resultado, dada a aderência, das atuais práticas contábeis de reconhecimento de receita de contratos com clientes, aos requerimentos do IFRS 15.

A nota explicativa 4 contém informações adicionais sobre as principais práticas contábeis referentes ao reconhecimento de receitas com clientes.

2.3.3 IFRIC 22 Foreign Currency Transactions and Advance Consideration / ICPC 21 Transação em moeda estrangeira e adiantamento

A companhia aplicou prospectivamente os requerimentos estabelecidos pelo ICPC 22 que esclarecem que a data da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do ativo, da despesa ou da receita relacionada a determinados adiantamentos é a mesma utilizada no reconhecimento inicial do adiantamento. Não foram identificados impactos na adoção deste requerimento.

2.4 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas à elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e, portanto, são apresentadas como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.5 Moeda funcional

A moeda funcional da Transpetro é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. A moeda funcional de sua controlada (Transpetro International B.V.), que atua em ambiente econômico internacional, é o dólar norte-americano.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa da investida, que atua em ambiente econômico estável com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As variações cambiais sobre os investimentos em sua controlada, que tem moeda funcional distinta da controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão e serão transferidas para o resultado quando da alienação do investimento.

3. Operação Lava Jato e seus reflexos na companhia

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades cometidas por empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. Baseado nas informações disponíveis à Transpetro, o referido esquema consistia em um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro

Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. Esse esquema foi tratado como esquema de pagamentos indevidos e as referidas empresas como “membros do cartel”. A companhia não realizou qualquer pagamento indevido.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também impuseram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras e da Transpetro. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

Os valores pagos pela Transpetro no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados da companhia. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o IAS 16 (Property, Plant and Equipment), que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do esquema de pagamentos indevidos, não deveria ter sido capitalizada. Assim, no terceiro trimestre de 2014 a Transpetro reconheceu uma baixa no montante de R\$ 256.664 de gastos capitalizados, referente a valores que a Transpetro pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em exercícios anteriores.

A Colaboração Premiada do Sr. José Sérgio de Oliveira Machado, ex-Presidente da Transpetro, que revelou o mesmo esquema de pagamento de vantagens indevidas acima relatado, não trouxe qualquer impacto na metodologia anteriormente adotada.

Quanto à Colaboração Premiada dos representantes da NM Engenharia, Sr. Nelson Cortonesi Maramaldo e Sr. Luiz Fernando Nave Maramaldo, na avaliação da companhia os impactos não se mostraram relevantes. A Transpetro prosseguirá acompanhando os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a Transpetro avaliará a eventual necessidade de algum reconhecimento contábil.

3.1 Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela Transpetro, a metodologia envolve os cinco passos descritos a seguir:

- 1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as companhias citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.
- 2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.
- 3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.
- 4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).
- 5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

A Transpetro tem monitorado continuamente as investigações da “Operação Lava Jato”, para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados em 2014. Como resultado, não foram identificadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente. A Transpetro continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

3.2 Resposta da Transpetro às questões descobertas nas investigações em curso

Continuamos acompanhando as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União para que todos os fatos e irregularidades sejam apurados. Já atendemos centenas de pedidos de documentos e informações feitos pelos investigadores.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro

Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No que nos dizia respeito, também cooperamos plenamente com a Petrobras em relação à investigação da U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), que investiga, desde novembro de 2014, potenciais violações a leis norte-americanas em decorrência das informações apuradas no âmbito da “Operação Lava Jato”, assim como o U.S. Department of Justice (DoJ).

Somos oficialmente reconhecidos como vítima dos crimes apurados na “Operação Lava Jato” pelo Ministério Público Federal e pelo juízo competente para julgar os processos criminais relacionados ao caso. A nossa posição de vítima foi reconhecida também em decisões do Supremo Tribunal Federal.

Não toleramos qualquer prática de corrupção e consideramos inadmissíveis práticas de atos ilegais envolvendo os nossos empregados. Deste modo, desde 2015, temos tomado diversas medidas como resposta às ocorrências reveladas na “Operação Lava Jato”.

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos, a companhia continua a implementar medidas para aprimorar sua governança corporativa e os sistemas de conformidade (compliance).

Além disso, temos tomado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos-

A medida que as investigações da “Operação Lava Jato” resultem em acordos de leniência com os membros do cartel ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Transpetro pode ter direito a receber uma parte de tais recursos. Não obstante, a Transpetro não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável adicional neste momento. Esses valores serão reconhecidos no resultado do exercício como outras receitas quando forem recebidos ou quando sua realização se tornar praticamente certa. Neste sentido, em 15.01.2018, a TRANSPETRO recebeu a quantia de R\$ 324, referente a parte do pagamento da multa civil prevista no Acordo de Leniência firmado pela CGU e AGU com a UTC Engenharia. Em 02.03.2018 e em 05.03.2018, a TRANSPETRO recebeu as quantias de R\$ 200 e R\$ 400, respectivamente, referentes a parte do pagamento da multa civil prevista no Acordo de Colaboração Premiada dos Srs. Nelson Cortonesi Maramaldo e Luiz Fernando Nave Maramaldo.

3.3 Investigações envolvendo a companhia

A Transpetro não é um dos alvos das investigações da “Operação Lava Jato” e é reconhecida formalmente pelas autoridades brasileiras como vítima do esquema de pagamentos indevidos.

3.4 Termo de Acordo de Colaboração Premiada

No Termo de Acordo de Colaboração Premiada do ex-Presidente da Transpetro, José Sérgio de Oliveira Machado, firmado junto ao Ministério Público Federal, o Colaborador se comprometeu ao pagamento de multa compensatória, no valor de R\$ 75.000, com a distribuição inicial definida pelo Ministério Público à razão de 80% (oitenta por cento) à União e de 20% (vinte por cento) à Transpetro.

Após questionamentos por parte da Transpetro, o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, solicitou ao então Ministro Relator, Teori Zavascki, a inversão dessa proporção sob o argumento de que “é inconteste que quem sofreu lesão direta pelos delitos perpetrados pela suposta organização criminosa foi a Petrobras Transporte S.A. Portanto, a maior parte do montante da multa compensatória deve ser direcionada ao mencionado ente lesado.”

O Min. Teori Zavascki, por sua vez, determinou que o valor da multa compensatória deveria ser revertido integralmente em favor da Transpetro, uma vez que, “como a Transpetro consta como sujeito passivo principal dos crimes em tese perpetrados por José Sérgio de Oliveira Machado e pela suposta organização criminosa que integrava, o produto do crime repatriado deve ser a ela direcionado, para a restituição dos prejuízos sofridos (...). Eventuais prejuízos sofridos pela Transpetro, portanto, afetariam apenas indiretamente a União. Essa circunstância não é suficiente para justificar que 20% (vinte por cento) dos valores repatriados sejam direcionados àquele ente federado (...).”

A Transpetro, foi ressarcida do valor total negociado nesse termo, incluindo juros e correção monetária, tendo recebido a quantia de R\$ 78.881, sendo R\$ 76.881 em 2017 e R\$ 2.000 em 2016, conforme mencionado na nota 26 de “Outras Despesas e Receitas Operacionais”.

No final de 2017, o Min. Edson Fachin, relator da Operação Lava-Jato no STF, determinou o levantamento do sigilo dos Termos de Colaboração Premiada dos representantes da NM Engenharia, Sr. Nelson Cortonesi Maramaldo e Sr. Luiz Fernando Nave Maramaldo, cujos eventuais impactos, na avaliação da companhia, não se mostraram relevantes. Em razão desse acordo, a TRANSPETRO recebeu em 2018 a quantia total de R\$ 600.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

4.1 Base de Consolidação

A companhia é detentora de 100% do capital social da Transpetro International BV (TI BV) e, como controladora integral, apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos não realizados entre as referidas empresas.

4.2 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

4.2.1 Ativos financeiros

4.2.1.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

4.2.1.2 Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros.

4.2.1.3 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro

Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos

contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. O baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Definição de inadimplência (*default*)

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente (*default*) quando:

- ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias; ou
- a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original, ponderada pela probabilidade de perdas de crédito.

A mensuração da perda de crédito esperada é função da: probabilidade de inadimplência (*default*), perda dada à inadimplência (a magnitude da perda caso um *default* ocorra) e exposição à inadimplência (*default*).

A avaliação da probabilidade de inadimplência (*default*) considera publicações das principais agências classificadoras de riscos, bem como metodologias internas de avaliação. A exposição à inadimplência (*default*) é representada pelo valor contábil bruto do ativo financeiro na data do balanço.

Apresentação

Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

4.2.2 Passivos Financeiros

4.2.2.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.2.2.2 Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4.3 Contas a receber de clientes

São contabilizados, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método dos juros efetivos, sendo deduzidas as perdas por redução ao valor recuperável de ativos considerados como perdas com créditos esperadas (*impairment*).

A companhia reconhece as perdas com créditos esperadas quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e que impactam os fluxos de caixa futuros estimados, o qual pode ser confiavelmente estimado. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

4.4 Financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

4.5 Estoques

Materiais, suprimentos e outros, destinados ao consumo e à manutenção das operações da companhia são mensurados ao custo médio de aquisição, quando este não excede ao custo de reposição.

4.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são apresentadas ao custo e apropriadas ao resultado na medida em que são incorridas.

4.7 Demais ativos circulantes

São apresentados, quando aplicável, pelo valor líquido de realização, com os respectivos rendimentos e variações monetárias e cambiais.

4.8 Investimentos societários

A participação na controlada é avaliada pelo método da equivalência patrimonial (MEP), baseada no patrimônio líquido expresso em dólares norte-americanos, convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2018. Os ganhos ou perdas cambiais, que nas demonstrações consolidadas não foram eliminados, são apresentados no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, estão reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos da controlada são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço, ao passo que as receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias. Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no resultado abrangente e apresentadas como um componente separado no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.9 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 16, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos, que são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas dos respectivos ativos. A companhia cessa a capitalização dos encargos financeiros dos ativos cujo desenvolvimento esteja concluído, entretanto, a capitalização dos juros pode ser suspensa, entre outros motivos, quando os ativos qualificáveis não recebem investimentos significativos por período igual ou superior a 12 meses.

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das mesmas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do período.

As benfeitorias em bens de terceiros são reabilitações realizadas em bens de propriedade de terceiros, mantidos pela Transpetro para uso em suas operações e foram contabilizados da seguinte forma:

- Benfeitorias cujas obras foram concluídas têm seus gastos contabilizados como benfeitoria em bens de terceiros.
- Benfeitorias cujas obras ainda não estão concluídas têm seus gastos contabilizados como obras em andamento.

4.10 Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto, basicamente, por software.

Ativos intangíveis gerados internamente podem ser capitalizados, desde que atendam aos critérios de reconhecimento estabelecidos no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

4.11 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Ativos arrendados capitalizados são depreciados na mesma base utilizada pela companhia nos ativos que possui propriedade. Quando não há uma certeza razoável que a companhia irá obter a propriedade do bem ao final do contrato, os ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada do ativo e o prazo do contrato.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos reconhecidos como despesa na demonstração de resultados durante o prazo de vigência do contrato.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.12 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados - *Impairment*

A companhia avalia os ativos imobilizado e intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGCs). Em 2018 a companhia possuía duas UGCs: UGC Transportes (formada pelos Navios em operação e em construção); e (ii) UGC Comboios-Hidrovia (formada por embarcações destinadas ao escoamento de Etanol). No caso da UGC Comboios-Hidrovia, embora os ativos estejam construídos, há incertezas quanto a possibilidade da operação. No mesmo ano, por conta do cancelamento do subprograma PANAMAX, a companhia reconheceu como perda definitiva os ativos existentes, sendo descontinuada a UGC.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo e seu valor em uso. O valor recuperável utilizado para avaliação do teste na principal UGC da Transpetro (UGC Transportes) é o valor em uso, considerando a expectativa de utilização dos ativos até o final da sua vida útil.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

No caso da UGC Comboios-Hidrovia, a Transpetro continua avaliando alternativas de utilização dos comboios já construídos. Considerando que o projeto continua em avaliação, mas que não há premissas para avaliar economicamente a sua utilização, esta UGC teve seu valor mensurado conforme seu valor de mercado, de forma a realizar a avaliação pelo valor justo de venda através de um laudo técnico contratado.

4.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.14 Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Tais impostos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período de apuração.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do período de apuração e são determinados mediante a aplicação das alíquotas vigentes. São apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

4.16 Capital Social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas.

Quando proposta pela companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.17 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando ou à medida que a companhia satisfaz as obrigações de desempenho assumidas com seus clientes.

A companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da companhia baseadas em parâmetros de mercados.

As principais atividades de prestação de serviços na Companhia, por segmento, são:

- Transporte Marítimo - Operação e afretamento de embarcações para atendimento à logística da Controladora;
- Dutos e Terminais - Transporte e armazenagem de líquidos nos terminais aquaviários, terrestres e oleodutos e operação dos gasodutos.

As receitas e despesas financeiras incluem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações, despesas com juros sobre financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos que são capitalizados como parte do custo do ativo até a sua entrada em operação. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

4.18 Subvenções Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela companhia.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

5.1 International Accounting Standards Board (IASB)

5.1.1 IFRS 16 - Leases

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - *Leases* (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - *Leases*; •IFRIC 4 - *Determining whether an Arrangement contains a Lease*; SIC-15 - *Operating Leases - Incentives*; e SIC-27 - *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Práticas contábeis

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.

Com a adoção do IFRS 16, a Transpetro deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundos de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira apurada com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

A companhia adotará a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

Transição

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRS 16, para fins de adoção inicial, a Transpetro adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, não reapresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores, bem como aplicará os seguintes expedientes:

- Aplicará o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento conforme nota explicativa 4.11 de pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional;
- O passivo de arrendamento será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, líquidos de impostos recuperáveis, quando aplicável, descontado utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da companhia na data da aplicação inicial.
- O ativo de direito de uso será reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento.

Apresentação

Os ativos de direito de uso serão apresentados no Ativo Imobilizado, representando principalmente os seguintes ativos: arrendamento de dutos e terminais, embarcações e edificações. Os passivos de arrendamento serão apresentados em conjunto com os financiamentos.

Nesse sentido, espera-se que as mudanças trazidas pelo IFRS 16 quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação de arrendamentos mercantis ocasionarão, em sua adoção inicial, aumentos de 73% e 129% nos saldos de Imobilizados e Financiamentos, respectivamente e, em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento, tais mudanças não impactarão o Patrimônio Líquido da companhia em 1º de janeiro de 2019.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que são apresentados atualmente como fluxos de caixa das atividades operacionais, serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro

Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Outras questões relevantes

Os efeitos trazidos pelo IFRS 16 serão considerados prospectivamente na métrica financeira Dívida líquida/Ebitda ajustado e os impactos oriundos dessa norma sobre esse indicador serão apresentados para fins comparativos. Adicionalmente, a adoção desse pronunciamento não trará alterações nas práticas de negócio da companhia.

5.1.2 IFRIC 23- Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC *Interpretation 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments* (IFRIC 23), emitida pelo IASB.

O IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, ressaltando os seguintes aspectos:

- Se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais;
- Como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e
- Como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

A companhia não identificou impactos na aplicação dos requerimentos do IFRIC 23.

5.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2018, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
ICPC22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro	IFRIC23 - Uncertainty over Income Tax Treatments	1º de janeiro de 2019
CPC06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019

As disposições transitórias e os efeitos esperados de adoção inicial referente a cada pronunciamento ou interpretação do CPC listado acima são os mesmos que foram apresentados para o respectivo IFRS no item 5.1.

6. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

6.1 Premissas para testes de recuperabilidade de ativos (Impairment)

A companhia revisa anualmente os ativos não financeiros, para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os navios e demais dispêndios relacionados aos projetos de expansão do Programa de Modernização e Expansão da Frota - PROMEF.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro

Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A avaliação do *impairment* de ativos imobilizados exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais, principalmente dos fretes e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil remanescente dos navios, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

As premissas utilizadas para fins de avaliação de *impairment* estão apresentadas de forma detalhada na nota explicativa 14.4.

6.2 Tributos diferidos sobre o lucro

A determinação da provisão para imposto de renda ou o registro de imposto de renda diferido ativo e passivo e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da administração. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

As informações sobre premissas e estimativas utilizadas foram apresentadas na nota explicativa 11.

6.3 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 15.

6.4 Benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 16.

6.5 Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo da perdas de crédito esperadas.

6.6 Gestão de capital

Os objetivos da companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Condizente com outras empresas do setor, a companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser assim sumarizados:

	Controladora	
	2018	2017
Total dos empréstimos (Nota 25)	5.963.510	5.584.725
Menos: caixa e equivalentes de caixa e TVM (Nota 7)	(1.210.894)	(1.524.516)
Dívida líquida	4.752.616	4.060.209
Total do patrimônio líquido	3.432.451	4.226.885
Total do capital	8.185.067	8.287.094
Índice de alavancagem financeira - %	58%	49%
	Consolidado	
	2018	2017
Total dos empréstimos (Nota 25)	5.963.510	5.584.725
Menos: caixa e equivalentes de caixa e TVM (Nota 7)	(1.967.007)	(2.214.560)
Dívida líquida	3.996.503	3.370.165
Total do patrimônio líquido	3.432.451	4.226.885
Total do capital	7.428.954	7.597.050
Índice de alavancagem financeira - %	54%	44%

6.7 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6.8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros classificados como caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida pelas agências avaliadoras Standard & Poor's e Fitch. As informações sobre esses ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

	Caixa e equivalentes de caixa		Títulos e valores mobiliários	
	2018	2017	2018	2017
AA	777.886	728.041	1.174.680	1.516.693
AAA	6.675	4.266	-	-
BBB+	57.357	14.895	-	-
Outras classificações	8.660	6.503	15	15
Total	850.578	753.705	1.174.695	1.516.708

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6.9 Estimativa do valor justo

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, da dívida de curto prazo e de outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem, significativamente, de seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários do ativo circulante e não circulante, correspondentes aos saldos mantidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC-NP) do Sistema Petrobras, são classificados como de nível I, cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data da mensuração.

7. Caixa e equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

7.1 Caixa e equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	40.386	19.030	104.899	81.241
Aplicações financeiras:				
No país	54.078	44.630	54.078	44.630
No exterior	-	-	691.601	627.834
	94.464	63.660	850.578	753.705

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

A companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um baixo risco de perda de valor.

7.2 Títulos e valores mobiliários

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
	1.174.694	1.516.708
Circulante (i)	1.116.429	1.460.856
Não circulante (ii)	58.265	55.852

(i) A variação dos saldos deve-se, principalmente ao resgate de cotas do FIDC para quitação antecipada dos contratos de construção de 3 navios Panamax com o Estaleiro EISA (nota 25); e pagamento de dividendos referente ao exercício de 2017 (nota 18).

Refere-se ao fundo de investimento (FIDC), administrado pelo Banco do Brasil, destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras.

(ii) Refere-se ao bloqueio judicial de cotas aplicadas no fundo de investimento do Sistema Petrobras (FIDC).

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
 Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber				
Terceiros (i)	39.638	16.780	39.638	16.780
Perdas de créditos esperada (ii)	(4.531)	(4.534)	(4.531)	(4.534)
	35.107	12.246	35.107	12.246
Partes relacionadas (Nota 9)				
Circulante	1.353.527	1.360.417	1.332.291	1.345.303
Não circulante	17.616	17.616	-	-
	1.371.143	1.378.033	1.332.291	1.345.303

(i) Incluso parcela de curto prazo do TEJ (transação extra judicial) assinado com o Estaleiro Atlântico Sul - EAS no montante de R\$ 18.172 (vide nota 12).

(ii) Movimentação das perdas de crédito esperada:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	(4.534)	(4.523)
Adições	-	(11)
Baixas/ reversão	3	-
Saldo em 31 de dezembro	(4.531)	(4.534)

9. Partes relacionadas

9.1 Transações comerciais por operação com empresas do sistema (controladora)

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações entre a companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, conforme instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

	Petrobras	TI BV	Distribuidora BR	TAG	PB Log	Braskem	NTS	Demais empresas	2018	2017
Controladora										
Ativo:										
Contas a receber, principalmente, por prestação de serviços	1.142.269	53.096	26.152	88.385	4.754	15.708	32.103	8.676	1.371.143	1.378.033
Passivo:										
Contas a pagar	(681.286)	(4.577)	(10.669)	-	(4.314)	(3.158)	-	(591)	(704.595)	(901.503)
Consolidado										
Ativo:										
Contas a receber, principalmente, por prestação de serviços	1.156.513	-	26.152	88.385	4.754	15.708	32.103	8.676	1.332.291	1.345.303
Passivo:										
Contas a pagar	(710.964)	-	(10.669)	-	(4.314)	(3.158)	-	(590)	(729.695)	(999.776)

	Petrobras	TI BV	Distribuidora BR	TAG	PB Log	Braskem	NTS	Demais empresas	2018	2017
Controladora										
Resultado:										
Receitas operacionais por prestação de serviços (i)	6.733.056	-	100.286	464.325	-	45.389	261.904	126.410	7.731.371	7.401.233
Custo dos serviços prestados - Afretamento/ arrendamento	(827.440)	-	-	-	-	-	-	-	(827.440)	(775.068)
Custo dos serviços prestados - Lubrificantes e outros	-	-	(18.189)	-	-	-	-	-	(18.189)	(19.925)
Custo de pessoal cedido	(619.660)	-	(9.318)	-	-	-	-	(1.615)	(630.593)	(631.611)
Custo Energia elétrica	(131.068)	-	-	-	-	-	-	-	(131.068)	(127.894)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(5.286)	3.290	-	-	-	-	-	0	(1.996)	(7.573)
Consolidado										
Resultado:										
Receitas operacionais por prestação de serviços	7.693.360	-	100.286	464.325	-	45.389	261.904	126.410	8.691.674	8.479.802
Custo dos serviços prestados- Afretamento/ arrendamento	(827.440)	-	-	-	-	-	-	-	(827.440)	(775.068)
Custo dos serviços prestados- lubrificantes e outros	-	-	(18.189)	-	-	-	-	-	(18.189)	(19.925)
Custo de pessoal cedido	(619.660)	-	(9.318)	-	-	-	-	(1.615)	(630.593)	(623.531)
Custo Energia elétrica	(131.068)	-	-	-	-	-	-	-	(131.068)	(127.894)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(5.286)	6.605	-	-	-	-	-	1	1.320	(7.573)

(i) Tratam-se de receitas brutas, antes dos encargos sobre serviços.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro

Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em função dos financiamentos para o Promef - Programa de Modernização e Expansão da Frota, a Transpetro possui transações com instituições financeiras públicas, tais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, cujo detalhamento consta na nota 25.

9.2 Remuneração da administração da companhia

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Transpetro e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais e dirigentes da Transpetro relativas aos meses de dezembro de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	Expresso em reais	
	2018	2017
	Total	Total
Menor remuneração	1.511	1.419
Remuneração média	11.781	11.622
Maior remuneração	101.092	101.092
Remuneração do dirigente da Transpetro (maior)	101.092	101.092

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia - Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e são apresentadas a seguir:

	2018			2017		
	Diretoria executiva	Conselho de Administração	Total	Diretoria executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	6.395	517	6.912	6.201	669	6.870
Encargos sociais	1.779	-	1.779	1.705	-	1.705
Previdência complementar	474	-	474	520	-	520
Remuneração total	8.648	517	9.165	8.427	669	9.096
Número de membros remunerados - média do período	5	5,6	10,6	5	5	10

A Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras, realizada em 19 de setembro de 2018, estabeleceu o valor de R\$ 16.426.066,15 como limite global de remuneração a ser paga aos Administradores da Transpetro no período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019.

Em 29 de junho de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a reforma no Estatuto Social da Transpetro com a criação do Comitê de Auditoria Estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração, em atendimento a Lei 13.303/16.

Os honorários mensais dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos membros do Comitê Estratégico e Financeiro são fixados a 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios.

10. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2018	2017
Arrendamento Antecipado	48.588	45.925
Seguro	3.791	22.345
Total	52.379	68.270

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Tributos

11.1 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda (i)	230.750	31.165	230.750	31.165
Contribuição social (i)	78.332	23.633	78.332	23.633
	309.082	54.798	309.082	54.798
ICMS	3.349	3.349	3.349	3.349
COFINS (ii)	22.409	8.483	22.409	8.483
PIS (ii)	5.309	2.291	5.309	2.291
INSS (iii)	26.588	16.111	26.588	16.111
ISS	681	1.106	681	1.106
Outros	217	206	223	236
	58.553	31.546	58.559	31.576

- (i) O saldo a recuperar de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é resultante desses tributos quando retidos nas operações realizadas com a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e a Transpetro não apresenta base de cálculo positiva suficiente para absorver todos os créditos. De acordo com a IN RFB nº 1.765/2017, o aproveitamento do saldo a recuperar está condicionado à prévia transmissão da Escrituração Contábil e Fiscal - ECF. Sendo assim, após a entrega da ECF 2018, no mês de Julho, a companhia implementou seu plano de recuperação e compensou o saldo referente ao ano-calendário 2017. No ano-calendário 2018, em virtude do prejuízo fiscal apurado pela companhia, os créditos referentes às retenções realizadas pela Petrobras acumularam. Dessa forma, a Transpetro realizará plano de recuperação dos créditos para implementação após a entrega da ECF 2019.
- (ii) Os valores do PIS e COFINS decorrem das retenções determinadas pela Lei nº10.833/03 realizadas pela fonte pagadora, em especial das receitas oriundas das operações com a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, bem como créditos decorrentes da aquisição de ativos imobilizados.
- (iii) O valor de INSS refere-se à retenção sobre os serviços prestados com cessão de mão de obra, conforme disposto na Lei nº 9.711/98, regulamentada pela IN RFB nº971 de 13 de novembro de 2009.

11.2 Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são registrados para refletir no resultado do exercício os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O IRPJ e CSLL diferidos líquidos registrados em dezembro de 2018 nos montantes de R\$ 660.529 e R\$ 238.310 respectivamente (R\$ 393.325 e R\$ 142.117, em 2017), foram constituídos com base nas diferenças temporárias e são decorrentes de provisões para contingências (trabalhistas, cíveis, tributárias e ambiental), perdas no valor recuperável de ativos (impairment), devedores duvidosos e pelo disposto na Lei nº 12.973/14 que permitiu o reconhecimento da diferença entre a depreciação contábil, calculada com base no CPC 27, e a depreciação fiscal, prevista na IN RFB nº1.700/17.

A variação no período foi decorrente, principalmente, da variação na perda do valor recuperável de ativos (em decorrência da baixa de três navios em construção e da constituição de Impairment para os Navios da Transpetro), e pelo registro da diferença de taxa contábil e fiscal em função da vida útil dos ativos.

Os respectivos efeitos foram registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentado a seguir:

	Provisão Contingências	Provisão despesas de pessoal e PLR	Passivo atuarial	Diferença de vida útil	Impairment (i)	Prejuízo Fiscal e Base negativa	Provisões Operacionais	Perdas de crédito esperadas	Total
Saldo final 2016	52.368	10.229	30.510	(92.534)	270.583	-	131.491	-	402.647
Resultado	28.724	2.041	8.823	(21.903)	122.636	-	(13.866)		126.455
Outros resultados abrangentes	-	-	6.340	-	-	-	-		6.340
Saldo final 2017	81.092	12.270	45.673	(114.437)	393.219	-	117.625	-	535.442
Resultado	(13.221)	18.670	8.885	(62.012)	376.162	7.470	1.291		337.245
Outros resultados abrangentes	-	-	11.999	-	-	-	-	14.153	26.152
Saldo final 2018	67.871	30.940	66.557	(176.449)	769.381	7.470	118.916	14.153	898.839
Impostos diferidos ativos									649.879
Impostos diferidos passivos									(114.437)
Em 31 de dezembro de 2017									535.442
Impostos diferidos ativos									1.075.288
Impostos diferidos passivos									(176.449)
Em 31 de dezembro de 2018									898.839

(i) Os maiores impactos referentes à Perda no valor recuperável de ativos foram:

- Baixa de 3 projetos de navios PANAMAX, originando um impacto negativo de aproximadamente R\$ 171.417; e
- Constituição de impairment oriundo da redução ao valor recuperável dos navios da companhia, gerando um impacto positivo de R\$ 554.204.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A companhia considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros.

Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquidos
2019	96.798
2020	50.605
2021	50.604
2022	50.730
2023	51.089
2024	51.233
2025 em diante	547.780
Parcela registrada contabilmente	898.839

11.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos sobre os Lucros apurados conforme as alíquotas nominais e os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios de 2018 e 2017 estão apresentados a seguir:

	2018	2017
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e após a participação de empregados e administradores	(1.146.467)	306.368
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	389.799	(104.165)
Incentivos fiscais - Lucro na Exploração	(269)	919
Benefício fiscal - Salário Maternidade	(324)	-
Benefício fiscal - Programa de Auxílio ao Trabalhador (PAT)	-	4.393
AMS Ativos e Inativos	(41.904)	(45.438)
Participações em Controladas	(9.366)	16.516
Relações Institucionais	(146)	-
Imposto de renda e contribuição social por adesão ao PERT (i)	-	(49.825)
Outros	(545)	(7.542)
Despesa com formação de provisões para imposto de renda e contribuição social	337.245	(185.142)
IR e CSLL correntes	-	(311.597)
IR e CSLL diferidos	337.245	126.455
	337.245	(185.142)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	-29%	-60%

(i) PERT - Programa Especial de Regularização Tributária

As despesas com os tributos sobre os lucros apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem também a provisão de R\$ 6.468 relativa aos tributos devidos no exterior por sua controlada TI BV durante o ano-calendário 2018 (R\$ 3.407 em 2017).

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11.4 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda retido na fonte e imposto sobre incentivos (i)	31.211	-	31.211	-
ICMS a pagar	11.024	21.830	11.024	21.830
ISS a recolher	12.916	7.726	12.916	7.726
INSS a recolher	6.839	6.862	6.839	6.862
Contribuições trabalhistas a recolher	31.082	24.585	31.082	24.585
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	-	27.353	-	28.599
Imposto de renda e Contribuição Social - PERT (ii)	4.844	4.571	4.844	4.571
PASEP e COFINS a recolher	245	331	245	331
Outros	317	3.733	391	3.785
Total Circulante	98.478	96.991	98.552	98.289
Imposto de renda e Contribuição Social - PERT (ii)	48.848	50.658	48.848	50.658
Total Não Circulante	48.848	50.658	48.848	50.658

(i) Do saldo total, R\$ 30.073 se referem à Imposto de Renda Retido na Fonte sobre a Folha de Pagamentos.

(ii) Na data de 30/08/2017, a Transpetro aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, convertida na Lei 13.496/2017, para regularizar uma contingência no montante de R\$ 145.438 referentes à não-homologação da compensação de créditos tributários de IRPJ e CSLL do ano de 2005. Na adesão ao PERT, com a redução de juros, multa de mora e encargos legais, a contingência foi reduzida a R\$ 82.971. A adesão ao PERT resultou na economia sobre o valor da causa no montante de R\$ 62.464.

A companhia realizou o pagamento de aproximadamente R\$ 29.540 em 2017, R\$ 4.740 em 2018 e o restante, que totalizava aproximadamente R\$ 53.692, ficou parcelado em 133 parcelas, mensais e sucessivas, vencíveis a partir de Janeiro/2019, atualizada pela taxa Selic.

Em Dezembro/2018, o saldo consolidado no passivo da companhia é de R\$ 53.692 (R\$ 4.844 no Passivo circulante e R\$ 48.848 no Passivo não-circulante), referentes à 133 parcelas ainda pendentes de pagamento.

12. Demais ativos - Não circulante

Correspondem ao pagamento de 5% efetuado com recursos próprios da Transpetro, na forma prevista dos contratos, realizados aos Estaleiros Atlântico SUL - EAS e ao Rio Tietê nos montantes de R\$ 110.837 (principal e atualização monetária) e R\$ 17.770, respectivamente. Devido à rescisão dos contratos para a construção de navios com o estaleiro Atlântico Sul - EAS (7 navios DP, sendo 4 Suezmax e 3 Aframax), as cartas de fiança que garantiam os valores adiantados foram devolvidas e foi assinado TEJ (transação extra judicial) para devolução dos adiantamentos realizados, em parcelas anuais a partir de 2018. Neste sentido, foi recebido pela Transpetro o montante de R\$ 16.283 em 28 de dezembro de 2018 referente a primeira parcela do TEJ.

Quanto ao Rio-Tietê, em função da suspensão, por força de decisão judicial, dos contratos de 16 comboios, o valor de R\$ 17.770 se mantém garantido por cartas de fiança emitidas pelo Banco ABC do Brasil SA. Uma vez decidida e operada a rescisão dos Contratos de Compra e Venda, caberá imediata execução dessas Cartas.

Conforme nota 2.6, foi reconhecida no exercício uma perda de crédito esperada para este grupo no montante de R\$ 44.779 resultante da adoção do IFRS 9. Em dezembro de 2018, em virtude da quitação da primeira parcela do TEJ com o estaleiro Atlântico Sul - EAS, a Transpetro, reverteu o montante de R\$ 3.151 desta provisão de perda.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Investimento em controladas

A Transpetro é detentora de 100% do capital social integralizado da empresa Transpetro International BV (TIBV), sediada em Rotterdam (Holanda), que tem como principal atividade o afretamento de navios na modalidade TCP (*Time Charter Party*) com a Petrobras (nota 20). Seguem abaixo as informações sobre a controlada (valores em milhares de US\$):

Controlada	% de Participação direta da Transpetro	Capital subscrito em 31.12.2017	Quantidade de Ações/ quotas	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido 2018	Lucro líquido 2017
Transpetro International BV - TIBV	100%	130.076	130.075.685	304.472	(7.209)	15.600

Movimentação dos saldos de investimentos:

	2018	2017
No início do exercício	1.031.039	964.957
Equivalência patrimonial (i)	(27.546)	48.578
Variação cambial em investimento no exterior (ii)	176.274	17.504
No fim do exercício	1.179.767	1.031.039

(i) Refere-se ao resultado gerado pela controlada TIBV nos exercícios de 2018 e 2017.

(ii) Refere-se ao ganho patrimonial apurado sobre a variação cambial do investimento na TIBV, registrada em outros resultados abrangentes.

As informações contábeis resumidas sobre o investimento são as seguintes:

	2018	2017
Ativo circulante	832.445	778.164
Imobilizado	471.411	421.455
	1.303.856	1.199.619
Passivo Circulante	106.473	150.889
Passivo não Circulante	17.616	17.691
Patrimônio Líquido	1.179.767	1.031.039
	1.303.856	1.199.619

	2018	2017
Receita operacional líquida	960.304	1.078.570
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(27.547)	48.578

Durante o exercício de 2018, o prejuízo operacional registrado pela Transpetro International BV se deve aos seguintes impactos: aumento das perdas de receita operacional em decorrência de avarias e por maior quantidade de dias em paradas programadas, além de custos relacionados a substituição dos operadores dos contratos de gerenciamento técnico de 5 navios da frota da companhia.

14. Imobilizado

14.1 Composição

	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Benfeitorias em bens de terceiros	Navios	Terrenos	Navios em construção (Promef)	Reformas de tanques em andamento	Outras obras em andamento	Total	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	13.654	215.206	1.694.677	4.334.274	12.177	782.295	182.850	100.083	7.335.216	6.861.349
Adições	-	57.434	20.065	131.054	-	953.976	149.375	137.483	1.449.387	1.395.960
Baixas	-	(1.402)	-	(8.226)	-	(4.362)	-	(4.292)	(18.282)	(18.282)
Impairment - Constituição	-	-	-	-	-	(393.732)	-	-	(393.732)	(393.732)
Impairment - Reversão	-	-	-	10.500	-	-	-	-	10.500	10.500
Transferências	-	23.911	175.621	795.181	-	(795.181)	(108.494)	(91.038)	-	-
Depreciação	(1.338)	(95.242)	(323.611)	(224.392)	-	-	-	-	(644.583)	(533.754)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	(211)	919	3.971	-	-	-	311	4.990	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	12.316	199.696	1.567.671	5.042.362	12.177	542.996	223.731	142.547	7.743.496	7.322.041
Custo	31.354	414.880	2.912.540	6.082.218	12.177	542.996	223.731	142.547	10.362.443	9.600.538
Depreciação	(19.038)	(215.184)	(1.344.869)	(1.039.856)	-	-	-	-	(2.618.947)	(2.278.497)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	12.316	199.696	1.567.671	5.042.362	12.177	542.996	223.731	142.547	7.743.496	7.322.041
Adições	-	54.356	15.496	12.323	-	1.169.296	77.444	108.552	1.437.467	1.374.544
Baixas	-	(59)	-	-	-	-	-	(161)	(220)	(220)
Impairment - constituição	-	-	-	(1.446.281)	-	(183.730)	-	-	(1.630.011)	(1.630.011)
Impairment - reversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	46.954	238.148	1.360.370	-	(1.360.370)	(170.308)	(114.794)	-	-
Depreciação	(1.338)	(76.972)	(325.092)	(141.745)	-	-	-	-	(545.147)	(463.968)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	(548)	15.379	52.206	-	-	-	1.175	68.212	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.978	223.427	1.511.602	4.879.235	12.177	168.192	130.867	137.319	7.073.797	6.602.386
Custo	31.354	476.276	3.120.479	6.095.959	12.177	168.192	130.867	137.319	10.172.623	9.316.776
Depreciação	(20.376)	(252.849)	(1.608.877)	(1.216.724)	-	-	-	-	(3.098.826)	(2.714.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.978	223.427	1.511.602	4.879.235	12.177	168.192	130.867	137.319	7.073.797	6.602.386
Vida útil estimada em anos	16 - 25	02 - 31	02 - 50	24 - 35						

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14.2 Benfeitorias em bens de terceiros

Os gastos com as reabilitações de bens arrendados da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras são de responsabilidade da Transpetro. Dessa forma, as reabilitações dos tanques têm seus gastos capitalizados e contabilizados da seguinte forma:

Os gastos com reabilitação de tanques, cujas conclusões ocorreram durante o exercício de 2018, foram transferidos para "Benfeitorias em bens de terceiros", no montante de R\$ 170.308 (R\$ 108.494 em 2017). Os gastos com paradas programadas de tanques, não encerradas no ano de 2018, foram contabilizados em "Reforma de tanques em andamento" no montante de R\$ 77.444 (R\$ 149.375 em 2017).

14.3 Alteração de Vida Útil de Ativos

Em conformidade com as Deliberações CVM 583/09 e 619/09, referentes ao Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e ao ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, a Diretoria Executiva da Transpetro aprovou o Relatório Técnico de Vidas Úteis dos Ativos - Ciclo 2017, com a consequente revisão da vida útil econômica dos navios da Transpetro.

Nesse sentido, a companhia reconheceu o montante de R\$ 88.205 em 2018 referente aos efeitos da revisão de vida útil dos navios petroleiros de 25 para 30 anos, com alteração da taxa de depreciação de 4% para 3,33% a.a, bem como dos navios gaseiros de 25 para 35 anos, com alteração da taxa de depreciação de 4% para 2,86% a.a.

14.4 Redução ao valor recuperável - Impairment

A Administração da companhia avalia, a cada fim de período, se existem evidências de perda de recuperabilidade do valor contábil de seus ativos.

No início de 2017 a Transpetro possuía duas Unidades Geradoras de Caixa (UGC): Transporte e Comboios-Hidrovia. Em 2017, em decorrência da hibernação dos projetos de construção dos três navios da série PANAMAX, foi criada, a partir da nova segregação da UGC Transportes, a UGC Navios em hibernação, considerando a significativa incerteza quanto a sua conclusão. Assim, todos os valores do ativo imobilizado desta UGC foram reconhecidos (provisionados) como perda, representando uma provisão de R\$ 364.164.

No segundo trimestre de 2018, os projetos de construção da série de navios Panamax foram cancelados, sendo reconhecida a baixa definitiva dos mesmos bem como a extinção da respectiva UGC. Uma vez que tal perda já fora provisionada em 2017, não houve impacto no resultado do exercício de 2018.

Segue abaixo a descrição da forma de cálculo e resultados das análises das UGCs existentes em dezembro de 2018.

14.4.1 UGC Transportes

Na elaboração do fluxo de caixa da frota de embarcações (UGC Transportes), consideradas como unidade geradora de caixa e composta por 42 navios, sendo 2 em construção e 40 em operação, foram consideradas as seguintes premissas:

- Período projetivo: definido de acordo com a vida útil de cada navio, considerando o período em operação dos navios da Frota Atual e a expectativa de início de operação dos navios em construção.
- A taxa de desconto utilizada considera parâmetros de financiamento praticados por empresas de navegação no mercado e está alinhada com a metodologia da Petrobras.
- Moeda: Reais (R\$) em termos reais.
- Data-base: 31 de dezembro de 2018.
- Receita bruta: com base na taxa de frete diária dos contratos com a Petrobras, que varia de um navio para outro com base na capacidade de carga transportada e tipo de operação.
- Custos e despesas: incluem custo de sobressalentes, tripulação, consumíveis, manutenção e encargos.
- As docagens incluídas no fluxo estão de acordo com o Plano de Docagens e para os navios não entregues ficam condicionados a data de entrada de operação dos navios e. A depreciação é estimada pelo período de 2,5 anos (período médio entre docagens).
- Depreciação: As embarcações são depreciadas para fins fiscais em 20 anos.

IRPJ e CSLL: calculado pelo regime de lucro real, considerando alíquota de 34% (IRPJ e CSLL) aplicada ao lucro antes dos impostos.

Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia aprovadas no plano de negócios 2019-2023, incluindo as entradas e saídas de navios em operação ou em construção; e taxas de descontos pós-imposto em moeda constante que variam entre 3,82% e 6,59% (4,11% e 9,19% em 2017), que derivam da metodologia WACC (Custo Médio Ponderado do Capital) para o setor de transporte, considerando a estrutura de endividamento e respectivo benefício fiscal. O resultado da avaliação indicou uma desvalorização dos ativos, sendo provisionado o montante total de R\$ 1.630.011, em decorrência da piora na expectativa dos valores de fretes futuros constantes dos Planos de Negócios e Gestão 2019-23 da Transpetro e Petrobras quando comparados aos valores projetados nos planos anteriores.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14.4.2 UGC Comboios-Hidrovia

Os Comboios foram avaliados por meio de laudo técnico elaborado por empresa especializada, e não foi constatada alteração relevante em relação à última apresentação.

Assim, em nossas avaliações, o conjunto das UGCs da Transpetro indicaram uma provisão de perda por impairment, no montante de R\$ 1.630.011 em comparação ao valor do ativo imobilizado testado.

15. Provisão para processos judiciais

15.1 Processos judiciais provisionados

A Transpetro é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e com base nos históricos referentes às quantias reivindicadas por terceiros, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora e Consolidado			
	2017	Adições	Baixas	2018
Processos judiciais trabalhistas (i)	233.362	36.182	(82.824)	186.720
Processos judiciais cíveis	5.019	33.696	(19.464)	19.251
Processos judiciais tributários (ii)	124	39.659	-	39.783
Total provisionado no passivo não circulante	238.505	109.537	(102.288)	245.754

- (i) A variação do saldo decorre principalmente da revisão dos valores de exposição das ações judiciais, alteração das expectativas de perdas nos processos existentes e entrada de novos processos, sobretudo aqueles referentes às ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime (RMNR).
- (ii) A companhia questiona o Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, entre os períodos de 2004 a 2017, na cidade de Santos.

15.2 Processos judiciais não provisionados

Com base no levantamento dos processos judiciais e procedimentos administrativos da área jurídica da Transpetro, demonstra-se a seguir o valor total dos processos judiciais com perdas possíveis não provisionadas:

Ações	2018	2017
Trabalhistas e previdenciárias (15.2.1)	521.558	431.482
Tributárias (15.2.2)	429.091	69.205
Cíveis e ambientais	82.228	57.789
	1.032.877	558.476

Os objetos das causas mais relevantes classificadas como perda possível em dezembro de 2018, segregados por esfera estão informados abaixo:

15.2.1 Trabalhistas e previdenciárias

Objeto	Valor da causa	Quantidade de processos
Verbas rescisórias e trabalhistas	260.904	3.759
RMNR (a)	183.809	509
Horas Extras	16.887	78
Reparação de danos	9.506	32
Demais ações	50.452	204
	521.558	4.582

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).

Ações coletivas e individuais em que se requer a revisão da metodologia de apuração do complemento da RMNR. São autores dessas ações o SINDIPETRO dos Estados do ES, RJ, BA, SP, PE, SE, RN, CE, PR, SC, RS, PI, AL, PB, AM, GO, DF e ações individuais nestes estados e em MG.

Houve publicação do acórdão do TST negando provimento aos Embargos Declaratórios oferecidos pela Cia. Dessa decisão a TRANSPETRO, juntamente com a PETROBRAS, recorrerá, via Recurso Extraordinário, ao STF. Há "liminar" deferida pelo STF suspendendo todos os processos em curso envolvendo a matéria até decisão definitiva a ser proferida pelo próprio STF. Mantida a expectativa de perda "possível".

15.2.2 Tributárias

Objeto	Valor da causa	Quantidade de processos
INSS- Gratificação Contingente (a)	176.008	3
Lucros Auferidos no exterior - IRPJ e CSLL 2013 a 2014 (b)	139.184	1
INSS- Solidariedade - AMS Petrobras (c)	49.675	1
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (d)	49.118	1
Diversos (e)	15.106	52
	429.091	58

Os valores referem-se, principalmente, as execuções fiscais relacionadas a seguir:

(a) INSS - Gratificações/Bônus de desempenho - R\$ 176.008.

Tratam-se de processos iniciados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos quais questiona-se a base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, envolvendo rubricas que não foram oferecidas à tributação, como exemplos, gratificação contingente, gratificação extraordinária gerencial e Bônus de Desempenho. Em contestação apresentada oportunamente, a companhia reitera o entendimento sobre a não incidência da contribuição previdenciária sobre tais valores em conformidade com a Lei 8212/91. Embora o Tribunal Superior do Trabalho (OJ 64 do SBDI-1, TST), tenha reconhecido a natureza não salarial da gratificação contingente, que culminou com um julgamento favorável à "Holding" no âmbito do CARF, o mesmo Conselho Fazendário decidiu devida pela Transpetro, com decisão administrativa definitiva e desfavorável no processo administrativo fiscal n. 16682.721489/2013-98, no valor de R\$ 62.188, além disso, recentemente, a Transpetro foi alvo de novas autuações fiscais, tendo sido instaurados os processos administrativos fiscais n. 16539.720008/2017-12 e 16682.720826/2 018-34, alcançando ambas as autuações, o montante de R\$ 113.820.

A expectativa de perda foi classificada como possível, embora o tema ainda dependa de avaliação definitiva de mérito.

(b) Lucros Auferidos no exterior - R\$ 139.184.

A companhia tomou ciência, em 26/12/2018, do auto de infração materializado no processo administrativo fiscal nº 16682.721230/2018-51, que aborda a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), referente aos exercícios de 2013 e 2014, em relação aos lucros auferidos por empresa controlada no exterior. A companhia apresentou impugnação na data de 21 de Janeiro de 2019, contestando as fundamentações apresentadas pela Secretaria da Receita Federal. O débito tributário atualizado alcança o valor de R\$ 139.184.

A expectativa de perda foi classificada como possível, embora o tema ainda dependa de avaliação definitiva de mérito.

(c) INSS - Solidariedade AMS - R\$ 49.675.

Trata-se de controvérsia administrativa gerada pela autuação direcionada à "Holding" - com inclusão da TRANSPETRO na condição de devedora solidária - sob o fundamento de não terem sido recolhidas as contribuições previdenciárias, a cargo dos profissionais da área de saúde credenciados, no regime de escolha dirigida, no Programa de Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), plano de saúde oferecido aos funcionários e dependentes da companhia. No julgamento do Recurso Voluntário dos contribuintes, o CARF manteve o lançamento realizada pela autoridade fazendária, rejeitando as teses apresentadas pela TRANSPETRO e pela Holding. O débito tributário atualizado alcança o valor de R\$ 49.675.

A expectativa de perda foi classificada como possível, embora o tema ainda dependa de avaliação definitiva de mérito.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(d) Saldo negativo de CSLL do ano-calendário de 2006 - R\$ 49.118.

Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da TRANSPETRO no ano de 2016, onde se pretende exigir débito decorrente de compensações formuladas pela companhia e não homologadas pela Receita Federal, nas quais se buscou compensar crédito decorrente de Saldo Negativo de CSLL do ano calendário de 2006 (exercício 2007), com débitos de estimativa de CIDE Remessas ao Exterior, PIS, COFINS e IRPJ, nos anos de 2007, 2008 e 2010. A companhia opôs embargos à execução, alegando a cobrança em duplicidade por entender que a não homologação da compensação de parcela computada na formação do Saldo Negativo de CSLL implicaria na sua imediata cobrança no processo administrativo de compensação, bem como na sua glosa na composição do Saldo Negativo e, por consequência, na redução do crédito a compensar. Em 03/05/2017, foi publicada sentença nos autos do processo da execução, não acolhendo a tese advogada pela companhia. Em 24/05/2017, a companhia interpôs recurso de apelação contra a decisão. O referido recurso encontra-se pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da Segunda Região. O valor de exposição remonta, em 31/12/2018, R\$ 49.118. A expectativa de perda foi classificada como possível, embora o tema ainda dependa de avaliação definitiva de mérito.

(e) Demais 57 Processos - R\$ 15.106.

Há outros 57 processos em curso sobre temas tributários diversos com classificação de expectativa de perda Possível. A companhia mantém de modo diligente o acompanhamento dos processos e informará oportunamente em fato relevante caso haja impacto significativo nas demonstrações qualquer movimentação processual.

15.3 Depósitos Judiciais

	2018	2017
Trabalhistas e previdenciárias	156.947	161.970
Cíveis e ambientais	32.536	29.173
Tributárias	8.024	6.211
	197.507	197.354

16. Benefícios concedidos a empregados

16.1 Benefícios pós-emprego

Os saldos relativos a benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
Passivo Não Circulante		
Benefícios de plano de pensão	195.767	134.332
Benefícios de saúde pós-emprego	778.958	632.716
	974.725	767.048

16.1.1 Plano de Previdência Complementar - Plano Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. A Fundação Petros possui Comitês específicos para análise e deliberação acerca do gerenciamento de riscos aos quais a Fundação está exposta e Programa de Integridade contra atos lesivos, ambos criados em 2017, com propósito de aprimorar sua governança.

A partir de dezembro de 2011, para garantir aos empregados da Transpetro uma renda de aposentadoria complementar, a companhia, em parceria com a Fundação Petros, implementou o Plano Petros 2 (PP-2), na modalidade de contribuição variável. Neste caso os riscos são divididos entre Patrocinadora e empregado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia. A parcela do plano com características de contribuição definida destina-se a formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2018, a quantidade de participantes total do plano é de 4.725 ativos e 103 assistidos (4.614 ativos e 79 assistidos em 2017).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2018, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que baseou na recomendação da consultoria atuarial da Fundação Petros. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do contribuinte. As contribuições esperadas, para 2019, são de R\$ 76.418 referentes à parcela de contribuição definida.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2018, é de 42,48 anos (43,53 anos em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 195.767 (R\$ 134.333 em 2017).

16.1.2 Ativos do plano de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo e de uma avaliação de riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como do uso da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros 2 no período entre 2019 a 2023 são de: 55% a 90% em renda fixa, 5% a 20% em renda variável, 0% a 5% em imóveis, 2% a 8% em empréstimos a participantes, 0% a 15% em investimentos estruturados e de 0% a 10% em investimentos no exterior.

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro segue demonstrado:

	Consolidado	
	2018	2017
Títulos Públicos	69,81%	76,32%
Fundos de Investimentos	20,59%	10,49%
Ações	3,24%	6,07%
Investimentos Mobiliários	1,38%	1,73%
Outros	4,98%	5,39%
	100%	100%

16.1.3 Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde - AMS

A Transpetro mantém um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, decorrente tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde, tendo em vista o aumento da expectativa de vida dos empregados. Nesse sentido, a companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Petrobras, com base nos custos incorridos pelos participantes, e repassado para a Transpetro.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2018, é de 32,57 anos (31,01 anos em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 778.958 (R\$ 632.716 em 2017).

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
 Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.1.4 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos do plano

	2018			Consolidado 2017		
	Plano Petros 2	Plano de saúde AMS	Total	Plano Petros 2	Plano de saúde AMS	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais						
Obrigações atuariais no início do exercício	192.648	632.716	825.364	165.109	646.707	811.816
Custo dos juros	18.385	60.340	78.725	17.697	69.972	87.669
Custo do serviço corrente	13.214	63.124	76.338	16.225	64.109	80.334
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(8.075)	(2.832)	(10.907)	(8.949)	(2.135)	(11.084)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais – experiência	9.831	(162.358)	(152.527)	(6.529)	(58.775)	(65.304)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais – hipóteses demográficas	-	33.673	33.673	(12.394)	(1.920)	(14.314)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais – hipóteses financeiras	47.095	154.295	201.390	21.489	(85.242)	(63.753)
Outros	-	-	-	-	-	-
Obrigações atuariais no fim do exercício	273.098	778.958	1.052.056	192.648	632.716	825.364
Movimentação no valor justo dos ativos do plano						
Ativos do plano no início do exercício	(58.314)	-	(58.314)	(75.373)	-	(75.373)
Receita de juros	(5.454)	-	(5.454)	(7.972)	-	(7.972)
Contribuições pagas pela empresa	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	8.075	-	8.075	8.949	-	8.949
Remensuração: Retorno sobre os ativos inferior a receita de juros	(21.636)	-	(21.636)	16.082	-	16.082
Outros	-	-	-	-	-	-
Ativos do plano no fim do exercício	(77.329)	-	(77.329)	(58.314)	-	(58.314)
Valores reconhecidos no balanço patrimonial						
Valor presente das obrigações	273.098	778.958	1.052.056	192.648	632.716	825.364
(-) Valor justo dos ativos do plano	(77.329)	-	(77.329)	(58.314)	-	(58.314)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	195.769	778.958	974.727	134.334	632.716	767.050
Movimentação do passivo atuarial líquido						
Saldo em 1º de janeiro	134.333	632.716	767.049	89.736	646.707	736.443
(+)/ (-) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	35.290	25.610	60.900	18.647	(145.938)	(127.291)
(+) Custos incorridos no exercício	13.214	63.124	76.338	16.225	64.109	80.334
(+) Impacto dos juros líquidos	12.930	60.340	73.270	9.725	69.973	79.697
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	-	(2.832)	(2.832)	-	(2.135)	(2.135)
Outros	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro	195.767	778.958	974.725	134.333	632.716	767.048

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
 Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.1.5 Componentes do benefício pós emprego

	Consolidado					
	Petros 2	AMS	Total 2018	Petros 2	AMS	Total 2017
Custo do serviço	13.214	63.124	76.338	16.225	64.109	80.334
Juros líquidos sobre passivo/ (ativo) líquido	12.931	60.340	73.271	9.724	69.973	79.697
Custo Líquido do exercício	26.145	123.464	149.609	25.949	134.082	160.031
Relativa a empregados ativos:						
Absorvida no custeio das atividades operacionais	26.145	120.632	146.777	25.949	131.947	157.896
Relativa aos assistidos		2.832	2.832		2.135	2.135
Custo Líquido do exercício	26.145	123.464	149.609	25.949	134.082	160.031

16.1.6 Premissas Atuariais

As principais hipóteses e premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões do Plano Petros 2 e Plano de Saúde AMS são as seguintes:

Hipóteses financeiras	2018	2017
Plano Petros 2		
Taxa de desconto (nominal) ao ano	9,22%	9,63%
Taxa de retorno (nominal) de ativos	9,22%	9,63%
Crescimento salarial	2019: 7,28% A partir de 2020: 6,84%	6,59%
Inflação	4,01%	3,96%
Taxa de reajuste de benefício do plano	4,01%	3,96%
Fator capacidade	100%	100%
Hipóteses financeiras	2018	2017
Plano de Saúde AMS		
Taxa de desconto (nominal) atuarial	9,15%	9,59%
Inflação	4,01%	3,96%
Taxa de reajuste de benefício do plano - Terrestre	1,73%	4,19%
Taxa de reajuste de benefício do plano - Marítimo	1,73%	4,56%
Taxa de crescimento dos custos médicos	Tabela "Crescimento dos Custos Médicos de 2018"	Tabela "Crescimento dos Custos Médicos de 2017"
Taxa nominal de crescimento salarial	2019: 7,28% A partir de 2020: 6,84%	6,59%
Hipóteses biométricas - Petros 2	2018	2017
Tabua de Mortalidade	AT - 2000 feminina suavizada em 10%	AT - 2000 feminina suavizada em 10%
Tabua de Mortalidade de inválidos	IABP- 57 (Forte)	IABP- 57 (Forte)
Tábua de entrada de invalidez	Grupo Americana desagravada em 40%	Grupo Americana desagravada em 40%
Rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar - ativos e assistidos	85% dos participantes casados com cônjuge 4 anos mais nova, considerando o titular masculino	85% dos participantes casados com cônjuge 4 anos mais nova, considerando o titular masculino
Entrada em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade	100% na 1ª elegibilidade

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
 Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Hipóteses biométricas e demográficas - Plano de Saúde - AMS	2018	2017
Tabua de Mortalidade	EX_PETROS 2013	EX_PETROS 2013
Tabua de Mortalidade de inválidos	AT- 49 Masculina	AT- 49 Masculina
Tábua de entrada de invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Rotatividade	Tabela Rotatividade Transpetro 2018	Tabela Rotatividade Transpetro 2017
Composição familiar - ativos	78% dos participantes do sexo masculino e 73% do sexo feminino, foram considerados casados. Para titular do sexo masculino, cônjuges do sexo feminino 6 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, cônjuge do sexo masculino 2 anos mais novo e 1,62 filhos do sexo feminino na idade de 25 anos na data do início do benefício.	77% dos participantes do sexo masculino e 39% do sexo feminino, foram considerados casados. Para titular do sexo masculino, cônjuges do sexo feminino 6 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, cônjuge da mesma idade do titular e 1,62 filhos do sexo feminino na idade de 25 anos na data do início do benefício.
Composição familiar - assistidos	Família informada no cadastro	Família informada no cadastro
Entrada em aposentadoria	Masculino: 56 anos Feminino: 55 anos	Masculino: 57 anos Feminino: 56 anos

16.1.7 Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade dos benefícios pós- emprego:

	2018			
	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
	Aumento de 1% na taxa de desconto	Redução de 1% na taxa de desconto	Aumento de 1% nos custos médicos Hospitalares	Redução de 1% nos custos médicos Hospitalares
Plano Petros 2				
Aumento/ (redução) no custo do serviço	(7.348)	10.354	-	-
Aumento/ (redução) no custo dos juros	(6.237)	7.488	-	-
Aumento/ (redução) no valor presente das obrigações	(87.540)	124.053	-	-
Plano de Saúde - AMS				
Aumento/ (redução) no custo do serviço	(18.269)	24.311	27.788	(11.182)
Aumento/ (redução) no custo dos juros	(7.260)	8.457	19.786	(7.973)
Aumento/ (redução) no valor presente das obrigações	(147.985)	198.940	216.044	(87.055)

16.1.8 Perfil de vencimento das obrigações

Análise dos vencimentos esperados de benefícios de planos de pensão e planos de saúde pós emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-3 anos	Entre 3-4 anos	Mais de 4 anos
Benefícios de plano de pensão	4.227	4.175	4.171	4.160	256.366
Benefícios de saúde pós- emprego	3.246	3.914	4.758	5.593	761.446

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.2 Participação nos lucros e resultados

A participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras.

O montante provisionado relativo à PLR para o exercício de 2018 foi de R\$ 110.597, sendo concedido, à título de adiantamento, o montante de R\$ 22.599.

16.3 Novo Plano de Carreiras e Remuneração (PCR)

Em 01 de outubro de 2018, a companhia apresentou aos seus empregados o Plano de Carreiras e Remuneração (PCR), uma modernização no modelo de carreira e remuneração com objetivo de ajustar as novas iniciativas de gestão de pessoas às necessidades de negócio atuais e futuras da companhia, além de atender às demandas dos próprios empregados por reconhecimento e modelos de trabalho mais inovadores. O novo plano aprimora a gestão de pessoas da companhia, com uma série de critérios que permite maior valorização e reconhecimento das competências e desempenhos, ampla mobilidade e desenvolvimento profissional dos seus empregados.

O programa também resulta em um maior alinhamento com práticas sugeridas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), cuja adesão ao PCR foi realizada pelos empregados, de forma voluntária, no período de 1 de outubro a 14 de novembro de 2018, exceto em casos específicos.

A companhia concedeu um abono aos empregados que aderiram ao PCR com o intuito de obter o maior número de adesões ao novo plano. Estima-se que o custo do incentivo seja compensado num médio prazo por meio da aplicação das melhores práticas de reconhecimento e recompensa.

Neste processo a companhia desembolsou R\$ 61.418, registrado em outras despesas operacionais, referentes aos 3.068 empregados que aderiram ao programa até o dia 14 de novembro de 2018.

17. Arrendamento mercantil

17.1 Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, imóveis, navios e instalações de dutos e terminais. A companhia possui compromissos contratuais com sua controladora, referentes ao arrendamento de dutos e terminais, com período de vigência até 2072.

	Controladora	Consolidado
2019	828.121	1.376.954
2020	824.786	1.298.927
2021	672.701	1.105.831
2022	267.393	680.560
2023	256.515	600.455
2024 em diante	12.480.691	13.305.745
Em 31 de dezembro de 2018	15.330.207	18.368.472
Em 31 de dezembro de 2017	16.138.923	19.736.762

No exercício de 2018, a companhia reconheceu despesas com arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 806.360 na Controladora e R\$ 1.366.210 no Consolidado.

A partir de 1º de janeiro de 2019 as operações de arrendamento mercantil operacional terão como base normativa o IFRS 16, conforme nota explicativa 5.1.1.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro

Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.2 Recebimentos mínimos de arrendamento mercantil operacional

A atual frota da Transpetro e de sua controlada TIBV é disponibilizada às operações da Petrobras por meio de contratos de afretamento marítimo do tipo Time Charter Party (TCP). Os recebimentos futuros, conforme contratos apurados, com base em 31 de dezembro de 2018, estão estimados da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
2019	1.416.520	2.325.458
2020	1.348.363	2.119.623
2021	1.256.666	1.971.794
2022	1.196.002	1.874.892
2023 em diante	1.201.258	3.065.644
Em 31 de dezembro de 2018	6.418.809	11.357.411
Em 31 de dezembro de 2017	7.472.885	13.371.792

18. Patrimônio líquido (Controladora)

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está representado por 3.403.344.030 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas escriturais, com direito de voto.

(b) Reservas

(b.1) Reservas de lucro

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de prejuízos acumulados será obrigatoriamente absorvido pela reserva legal, no montante de R\$ 420.727.

• Reserva de incentivos fiscais (Alteração Lei nº 11.638/07 - Deliberação CVM 555/08)

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital.

A parcela do resultado referente à subvenção de investimentos no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM) não foi destinada para reserva de incentivos fiscais em função da ausência de lucro no exercício. Entretanto, a constituição de reserva de incentivo com esta parcela ocorrerá em períodos subsequentes, conforme previsto na Lei 12.973/14, em seu capítulo I.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de prejuízos acumulados será absorvido pela reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 87.653, proveniente do resultado acumulado de subvenções de investimentos geradas nos resultados de 2013 a 2017.

(b.2) Reservas de capital

• Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte do imposto de renda dos anos de 1999 e 2000.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de prejuízos acumulados será absorvido pela reserva de capital - incentivos fiscais, no montante de R\$ 5.792.

(c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Estatuto assegura aos acionistas um dividendo e/ou juros sobre capital próprio mínimo de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A distribuição de dividendos relativa ao exercício de 2017, aprovada pelo acionista na reunião do Conselho de Administração de 24/04/2018 foi de R\$ 110.708, sendo R\$ 27.677 à título de dividendos relativos aos 25% mínimo obrigatório e R\$ 83.031 como dividendos adicionais, sendo estes quitados em 15/05/2018.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, considerando a inexistência de lucro, não foi proposto pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pelo Conselho de Administração.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
 Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Resultado por ação

	2018	2017
Lucro (prejuízo) atribuível ao acionista controlador	(809.222)	121.227
Quantidade de ações	3.403.344	3.403.344
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído ponderado pela quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas em cada período	(0,24)	0,04

A companhia não emitiu ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41.

20. Ajuste de avaliação patrimonial

(a) Ajuste acumulado de conversão

Diferenças de conversão para real das demonstrações financeiras de controlada com moeda funcional diferente da controladora.

	Consolidado	
	2018	2017
Ajustes acumulados de conversão	176.274	17.504
Total	176.274	17.504

(b) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao reconhecimento do valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

Os valores registrados em 2018 e 2017, seguem demonstrados:

	Consolidado	
	2018	2017
Remensuração das obrigações de benefícios de planos de pensão	(35.290)	(18.647)
(-) Efeitos tributários	11.998	6.340
	<u>(23.292)</u>	<u>(12.307)</u>
Remensuração das obrigações de benefícios de saúde pós-emprego	(25.610)	145.938
Total	(48.902)	133.631

21. Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida, segue demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018)	31.12.2017
Receita de serviços prestados	7.878.972	7.513.403	8.839.276	8.591.973
Encargos sobre serviços	(1.198.784)	(1.127.500)	(1.198.784)	(1.127.500)
Receita líquida de serviços prestados	6.680.188	6.385.903	7.640.492	7.464.473

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21.1 Desagregação da receita

	2018	2017
Terminais Aquaviários	2.446.795	2.330.629
Terminais Terrestres e Oleodutos	2.362.949	2.352.094
Gasodutos	702.681	658.852
Transporte Rodoviário	99.449	101.839
Transporte Marítimo - Transpetro	1.068.314	942.489
Transporte Marítimo - TIBV	960.304	1.078.570
	7.640.492	7.464.473

22. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Gastos com pessoal	2.153.337	2.091.892	2.155.609	2.054.545
Gastos com materiais	225.218	202.485	246.687	226.080
Gastos com serviços	1.395.894	1.474.643	1.706.628	1.796.338
Energia elétrica	301.719	264.176	301.719	264.176
Depreciação e amortização (i)	466.560	536.791	547.739	646.804
Arrendamento Dutos e Terminais, Embarc- Terceiros	806.360	775.054	1.366.210	1.332.998
Perda no valor recuperável de ativos - Impairment	1.630.011	383.232	1.630.011	383.232
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas (ii)	186.723	99.309	195.244	102.072
Outros gastos	227.171	51.426	243.883	106.577
Total	7.392.993	5.879.008	8.393.730	6.912.822
Na Demonstração do Resultado				
Custos dos serviços vendidos	4.611.499	4.461.566	5.596.684	5.486.833
Despesas com vendas	35.752	32.674	35.752	32.674
Despesas gerais e administrativas	830.074	814.675	837.105	820.459
Tributárias	98.934	87.552	98.934	87.552
Perda no valor recuperável de ativos - Impairment	1.630.011	383.232	1.630.011	383.232
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	186.723	99.309	195.244	102.072
Total	7.392.993	5.879.008	8.393.730	6.912.822

(i) No consolidado, desconsiderada a amortização, a depreciação totaliza R\$ 543.872 e R\$ 643.515, respectivamente, conforme quadro do imobilizado (nota 16).

(ii) Detalhamento na nota 14.4

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23. Outras despesas e receitas operacionais

Segue abaixo a composição de outras despesas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de multas contratuais	3.170	23.400	3.170	23.400
Recuperação de despesas contratuais	6.803	8.463	6.803	8.463
Receita de Gerenciamento Técnico de Navios	6.561	6.575	-	-
Resultado oriundo de sinistros	(4.239)	3.483	(6.198)	7.296
Provisão para processos judiciais (i)	(7.249)	(96.163)	(7.249)	(96.163)
Perdas judiciais (ii)	(30.291)	(23.733)	(30.291)	(23.733)
Ressarcimento - Termo de Colaboração Premiada (iii)	600	77.205	600	77.205
Receita incentivos e subvenções governamentais	(791)	4.457	(791)	4.457
Provisão IPTU (iv)	6.933	(27.772)	6.933	(27.772)
Participação nos lucros ou Resultados (v)	(112.925)	(27.691)	(112.925)	(27.691)
Abono (vi)	(58.510)	(36.665)	(58.510)	(36.665)
Perda de crédito esperada - Contas a Receber	2.080	-	2.080	-
Outras receitas/ despesas	1.135	(10.868)	1.134	(10.869)
	(186.723)	(99.309)	(195.244)	(102.072)

- (i) Constituição de provisão para contingências, com base em informações dos assessores jurídicos e nos históricos referentes às quantias reivindicadas para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso;
- (ii) Baixa de depósitos judiciais mediante decisão judicial com alvarás expedidos;
- (iii) Em 2017, recebimento de multa compensatória negociado através do Termo de Acordo de Colaboração Premiada do ex-presidente da Transpetro - Sérgio Machado no montante de R\$ 76.881 (vide nota 3);
- (iv) Provisionamento de valores devido a ações judiciais impetradas pela Petrobras, por solicitação e anuência da Transpetro, para a contestação de valores cobrados de Imposto Territorial Urbano - IPTU pela prefeitura municipal de São Sebastião (SP);
- (v) A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras. O montante a ser distribuído aos empregados da Transpetro a título de PLR, segue a metodologia de cálculo definida pela Petrobras (extensivo as empresas do sistema), conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho da Transpetro.
O montante reconhecido refere-se ao provisionamento de 2018 no montante de R\$ 110.597 e ao complemento da PLR de 2017 no valor de R\$ 2.753.
- (vi) Abono salarial negociado no acordo coletivo de 2017 e em 2018, abono concedido aos empregados em função da adesão ao novo plano de carreiras (PCR), líquido de repasses de cedidos (vide nota 16.3).

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Encargos financeiros sobre financiamento (PROMEF)	(475.014)	(409.031)	(475.014)	(409.031)
Encargos - Adesão ao PERT	-	(19.530)	-	(19.530)
Receita com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	59.791	99.287	76.227	99.287
Rendimentos sobre depósitos judiciais	4.035	24.754	4.035	24.754
Encargos financeiros - Controladora	6.715	59.092	6.715	59.092
Outras receitas e despesas líquidas	(1.072)	(11.125)	(1.325)	(3.988)
Outras variações monetárias e cambiais, líquidas	(571)	7.450	2.481	7.472
Resultado financeiro líquido	(406.116)	(249.103)	(386.881)	(241.944)
Receitas	75.081	182.712	91.517	189.995
Despesas	(480.625)	(439.265)	(480.879)	(439.411)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(572)	7.450	2.481	7.472
Total	(406.116)	(249.103)	(386.881)	(241.944)

25. PROMEF - Programa de Modernização e Expansão da Frota

O Programa de Modernização e Expansão da Frota - PROMEF, aprovado pela Diretoria Executiva da nossa controladora em 19 de agosto de 2004 e parte do Plano Estratégico Petrobras 2001 - 2015, tinha, entre outros, o objetivo de atender às necessidades de navios do Sistema Petrobras e contribuir para o soerguimento da indústria naval brasileira, de forma a torná-la competitiva frente aos preços e prazos praticados por estaleiros internacionais. O PROMEF fez parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, e concebeu, originalmente, a construção de 52 navios e 20 comboios hidroviários em estaleiros localizados no Brasil, com índice de nacionalização de 65% na primeira fase.

A Transpetro iniciou o ano de 2018 com contratos de financiamentos (valor histreferentes a construção de 29 navios e 20 comboios no montante de R\$ 6.750.584 (valor histórico de contrato), sendo 90% financiados pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica, com recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, nas seguintes condições: TJLP + 2%-3% a.a. para os itens nacionais e importados. Seguem abaixo os valores históricos dos contratos assinados de compra e venda com os estaleiros, que totalizaram os R\$ 6.750.584:

Estaleiro	Tipo	Qtd	Total	Entregues		Em construção		Postergados		Cancelados		Bancos
				Qtd	R\$	Qtd	R\$	Qtd	R\$	Qtd	R\$	
Estaleiro Atlantico Sul S.A.	Suezmax	10	2.855.763	10	2.855.763	0	-	0	-	0	-	BNDES
Estaleiro Atlantico Sul S.A.	Aframax	5	1.282.577	3	779.984	2	502.593	0	-	0	-	BNDES
Estaleiro Mauá Petro Um S.A.	Tanque/produto	4	651.687	4	651.687	0	-	0	-	0	-	BNDES
EISA-Estaleiro Ilha S.A.	Panamax (*)	4	910.664	1	234.059	0	-	0	-	3	676.605	BNDES
Estaleiro Promar S.A.	Gaseiros	6	617.576	6	617.576	0	-	0	-	0	-	Banco do Brasil
Estaleiro Rio Tietê	Comboios (**)	20	432.317	4	88.484	-	-	16	343.833	0	-	CEF
Total Geral		49	6.750.584	28	5.227.553	2	502.593	16	343.833	3	676.605	

(*) Contratos de construção de 3 Navios Panamax junto ao estaleiro EISA, que foram rescindidos em 2015 e hibernados em janeiro de 2018. Em abril de 2018, a companhia decidiu por não retomar a construção dos 3 navios cancelando os projetos de construção e providenciando a quitação da dívida existente relativa aos 03 navios com o agente financeiro (adicionalmente, vide notas 11.2 e 14.4).

(**) Contratos suspensos judicialmente com o Estaleiro Rio Tietê, com os valores referentes aos adiantamentos reclassificados para o ativo não circulante.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas nos mesmos, têm os seguintes vencimentos:

	2018	2017
2019	-	288.858
2020	290.611	298.950
2021	339.042	314.056
2022	344.989	314.518
2023 em diante	4.685.193	4.089.312
Total dos financiamentos	5.659.835	5.305.694

Os montantes totais gastos (incluindo a atualização dos juros sobre o financiamento), para a construção dos navios até o quarto trimestre de 2018 foram:

Valores Disponibilizados de Recursos	2018	2017
Financiamentos (Captação)	6.373.268	5.619.420
Juros Capitalizados	558.721	520.927
Juros a Resultado	1.649.429	1.174.415
Amortizações efetuadas	(2.617.908)	(1.730.037)
Recursos Próprios / Outros	1.928.279	1.575.337
Total Recursos Próprios	7.891.789	7.160.062

Estaleiros através de recursos próprios	61.181	147.626
BNDES- financiamentos estaleiros	249.311	732.061
Total Estaleiros(i)	310.492	879.687

(i) Recursos utilizados pelos estaleiros que serão repassados para a TRANSPETRO por ocasião da entrega dos navios.

Seguem as movimentações dos financiamentos durante os exercícios de 2017 e 2018:

<i>Banco</i>	<i>Saldo dez/ 17</i>	<i>Transferências (+/-)</i>	<i>Captações (+)</i>	<i>Amortizações (-)</i>	<i>Juros capitalizados (+)</i>	<i>Juros a resultado (+)</i>	<i>Assunção de dívida</i>	<i>Saldo dez/ 18</i>
BNDES- CP	235.238	840.316	-	(825.584)	-	-	-	249.970
BNDES- LP	4.475.301	(840.316)	228.049	-	33.697	400.440	442.556	4.739.727
Banco do Brasil - CP	43.231	70.141	-	(61.263)	-	-	-	52.109
Banco do Brasil - LP	753.724	(70.141)	15.568	-	4.098	68.364	67.674	839.287
CEF - CP	560	2.059	-	(1.024)	-	-	-	1.595
CEF - LP	76.671	(2.059)	-	-	-	6.210	-	80.822
Total	5.584.725	-	243.617	(887.871)	37.795	475.014	510.230	5.963.510

<i>Banco</i>	<i>Saldo dez/ 16</i>	<i>Transferências (+/-)</i>	<i>Captações (+)</i>	<i>Amortizações (-)</i>	<i>Juros capitalizados (+)</i>	<i>Juros a resultado (+)</i>	<i>Assunção de dívida</i>	<i>Saldo dez/ 17</i>
BNDES- CP	186.515	530.012	-	(481.289)	-	-	-	235.238
BNDES- LP	3.838.113	(530.012)	400.777	-	68.449	342.171	355.803	4.475.301
Banco do Brasil - CP	19.662	52.713	-	(29.144)	-	-	-	43.231
Banco do Brasil - LP	674.065	(52.713)	7.240	-	7.723	60.118	57.291	753.724
CEF - CP	-	560	-	-	-	-	-	560
CEF - LP	70.489	(560)	-	-	-	6.742	-	76.671
Total	4.788.844	-	408.017	(510.433)	76.172	409.031	413.094	5.584.725

No exercício de 2018, os respectivos ativos do PROMEF, geraram receita líquida de R\$ 694.691 com custos operacionais de R\$ 509.269 e R\$ 475.014 referentes aos juros da dívida.

26. Seguros

A frota de navios da companhia, própria e afretada, possui seguro contra termos de danos materiais (cascos e máquinas) e de responsabilidade civil. Os terminais, arrendados da Controladora, estão segurados por apólices contratadas pela Petrobras.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os valores vigentes em 31 de dezembro de 2018 para a frota de navios são os seguintes, em milhares de dólares norte-americanos:

	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Danos materiais	3.019.304	3.019.304
Responsabilidade civil - Por evento (*)	7.750.000	7.750.000

(*) Exceção de poluição por óleo com LMI: USD 1 bilhão

26.1 Garantias

A companhia detém as seguintes cartas fiança em 31 de dezembro de 2018:

	Banco emissor	Valor garantido
Execução Fiscal da Comarca de São Sebastião	Banco do Brasil S.A.	729.404
Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro	Banco BBM S.A.	6.310

No que tange o seguro garantia judicial, a companhia mantém em vigor, em 31 de dezembro de 2018, o montante segurado de R\$ 379.518 com o intuito de garantir demandas judiciais e administrativas, conforme abaixo:

NATUREZA DA AÇÃO	AUSTRAL Seguradora	BTG PACTUAL Seguradora S/A	FAIRFAX Brasil Seguros Corporativos S/A	FATOR Segurador a S/A	MAPFRE Serviços Gerais S/A	POTENTIAL Seguradora	ZURICH Minas Brasil Seguros	TOTAL GERAL
Ação Anulatória	-	10.028	-	-	-	-	-	10.028
Ação Cautelar	-	6.197	-	-	-	-	-	6.197
Ação Cível	-	-	25.283	-	-	-	-	25.283
Ação de Tutela Antecipada	26.654	-	-	-	-	-	-	26.654
Auto de Infração	-	15.142	-	-	-	-	-	15.142
Execução Fiscal	-	28.250	-	-	172.469	5.925	9.413	216.057
Reclamação Trabalhista	-	12.892	-	1.180	545	64.433	1.107	80.157
	26.654	72.509	25.283	1.180	173.014	70.358	10.520	379.518

Informamos que vinte e quatro navios do Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) foram dados a título de garantia da dívida da companhia perante às instituições financeiras.

27. Gerenciamento de riscos

A Transpetro está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco de mercado (incluindo risco de valor justo, risco de taxa de juros e de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. Demonstramos a seguir breve esclarecimento sobre a estrutura do gerenciamento de risco e informações sobre a exposição da companhia.

A Transpetro utiliza a Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras, que tem por objetivo estabelecer os princípios que nortearão as Empresas do Sistema na gestão dos seus controles internos, de forma a exercê-la com excelência e contribuindo com a redução de custos e a mitigação de riscos empresariais relevantes, garantindo a integridade dos dados utilizados na tomada de decisões de negócios, assegurando a confiabilidade dos relatórios financeiros, em atendimento aos requisitos legais e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as melhores práticas de mercado e com a legislação vigente.

Mantendo compromisso com a manutenção de elevados níveis de governança corporativa a Transpetro se preocupa com a transparência, a credibilidade, a sinergia e a integração de seu sistema de controles internos para o atendimento de requisitos estratégicos, financeiros, regulatórios e legais, inclusive aqueles exigidos pela Lei Sarbanes-Oxley (SOx) ao Sistema Petrobras, visando, entre outros aspectos, garantir o adequado registro de ativos e obrigações, a salvaguarda de ativos e a segregação das operações.

27.1 Risco de crédito

Conforme descrito no contexto operacional da companhia, parte substancial das operações são efetuadas com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras. A Administração entende não haver exposição ao risco de créditos decorrentes dessas operações.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

27.1.1 Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2018 as dívidas mantidas pela companhia estão sujeitas, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

O risco ao qual a companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Considerando um possível aumento da TJLP, as despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos aumentariam e, conseqüentemente, seria observado o impacto negativo nos resultados operacionais e na posição financeira da companhia.

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo do financiamento junto ao BNDES, Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal, atualizado pela TJLP que fechou o ano de 2018 em 6,98%. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2018, os cenários possível e remoto consideram um aumento nas taxas de 25% e 50%, o que geraria um impacto negativo de aproximadamente R\$ 104.063 e R\$ 208.126 (R\$ 97.733 e R\$ 195.465 em 2017), respectivamente.

27.1.2 Risco cambial

A companhia atua internacionalmente através de sua subsidiária TIBV e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, pois além das receitas decorrentes das taxas de afretamento, a maioria dos custos operacionais também são realizados em dólar reduzindo os efeitos de variação cambial. Adicionalmente a Transpetro possui 98% das operações com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras.

27.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela companhia por meio de ações como: otimização das disponibilidades e redução da necessidade de capital de giro; manutenção de um caixa robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo; e financiamentos de instituições financeiras do governo federal. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2019	2020- 2022	2023 em diante	31.12.2018 (*)	31.12.2017
Principal	281.407	979.328	4.682.979	5.943.714	5.712.737
Juros	426.471	1.364.000	3.135.817	4.926.288	4.713.871
Total	707.878	2.343.328	7.818.796	10.870.002	10.426.608

(*) Representa a soma dos valores nominais e inclui vencimentos contratuais remanescentes (2019 - 2023 em diante)

27.1.4 Derivações clandestinas

Um dos principais riscos enfrentados pela companhia em 2018 deve-se ao aumento das intervenções intencionais de terceiros para furto de petróleo e derivados em nossos dutos, as denominadas derivações clandestinas. Essas ações criminosas, colocam em risco a segurança das pessoas, do meio ambiente e das instalações sob nossa responsabilidade.

Em 2018 ocorreram 261 casos de furto ou tentativa de furto em nossos dutos em todo o país, sendo 151 (57%) dos casos no Estado de São Paulo e 69 (26%) no Estado do Rio de Janeiro. Em comparação à 2017, com 227 ocorrências, houve um crescimento de 15%.

A companhia vêm trabalhando de forma integrada com a Petrobras, colaborando com as investigações das autoridades de segurança pública e investindo constantemente no desenvolvimento de tecnologias de monitoramento.

Nas operações de combate, foram reforçadas as inspeções terrestres e aéreas nas faixas de dutos com o objetivo de localizar tentativas de derivações clandestinas, com base nas diversas técnicas disponíveis. Foram intensificadas as ações de vigilância na faixa de dutos com a finalidade de coibir as tentativas de furto.

Em 2018, a companhia celebrou ainda, acordo de cooperação com o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (MPERJ) e fortaleceu a integração com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Balço Social (Não auditado)

1. BASE DE CÁLCULO			2018	2017				
Receita Líquida (RL)			7.640.492	7.464.473				
Resultado Operacional (RO)			(1.027.195)	337.399				
Folha de pagamento bruta (FPB)			2.247.341	2.197.561				
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS			2018	% sobre FPB	% sobre RL	2017	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação			48.110	2,14%	0,63%	51.415	2,34%	0,69%
Encargos sociais compulsórios			350.563	15,60%	4,59%	340.541	15,50%	4,56%
Previdência privada			64.438	2,87%	0,84%	61.986	2,82%	0,83%
Saúde			58.093	2,58%	0,76%	19.495	0,89%	0,26%
Segurança e medicina no trabalho			100.979	4,49%	1,32%	76.451	3,48%	1,02%
Educação			28.616	1,27%	0,37%	27.260	1,24%	0,37%
Cultura			1.954	0,09%	0,03%	1.183	0,05%	0,02%
Capacitação e desenvolvimento profissional			6.590	0,29%	0,09%	4.527	0,21%	0,06%
Creche/ Auxílio creche			5.565	0,25%	0,07%	1.773	0,08%	0,02%
Participação nos resultados			112.925	5,02%	1,48%	27.691	1,26%	0,37%
Outros			-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos			777.833	34,61%	10,18%	612.322	27,86%	8,20%
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS								
Educação			844	0,04%	0,01%	1.058	0,05%	0,01%
Cultura			430	0,02%	0,01%	539	0,02%	0,01%
Saúde e saneamento			-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte			136	0,01%	0,00%	171	0,01%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar			20	0,00%	0,00%	25	0,00%	0,00%
Outros			848	0,04%	0,01%	1.063	0,05%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade			2.278	0,10%	0,03%	2.855	0,13%	0,04%
Tributos (excluídos encargos sociais)			960.473	42,74%	12,57%	1.388.360	63,18%	18,60%
Total - Indicadores sociais externos			962.751	42,84%	12,60%	1.391.215	63,31%	18,64%
4. INDICADORES AMBIENTAIS								
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa			37.156	1,65%	0,49%	34.291	2,34%	0,46%
Investimentos e programas e/ ou projetos externos			1.981	0,09%	0,03%	11.176	2,34%	0,15%
Total dos investimentos em meio ambiente			39.137	1,74%	0,51%	45.467	2,34%	0,61%
5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL			2018			2017		
Número de empregados ao fim do período			6.934			6.363		
Número de admissões durante o período			1.004			365		
Número de empregados de empresas prestadoras de serviços			4.768			3.342		
Número de estagiários			187			219		
Número de empregados acima de 45 anos			3.147			2.958		
Número de mulheres que trabalham na companhia			847			785		
Percentual de cargos de chefia ocupado por mulheres			10,60%			9,06%		
Número de negros que trabalham na companhia			2.508			2.226		
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros			23,80%			22,46%		
Número de empregados com deficiência			105			25		

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
Empresa do Sistema Petrobras
 Informação Complementar (Não auditada)
 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARI.	2018			2017		
Número total de acidentes de trabalho			33			42
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input type="checkbox"/> Segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> Incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> Não se envolverá	<input type="checkbox"/> Seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> Incentivará e segue a OIT
A previdência complementar contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
A participação dos lucros e resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input type="checkbox"/> São sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> São exigidos	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input type="checkbox"/> São sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> São exigidos
Quanto a participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input type="checkbox"/> Apoia	<input checked="" type="checkbox"/> Organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input type="checkbox"/> Apoia	<input checked="" type="checkbox"/> Organiza e incentiva
Valor adicionado a distribuir			4.536.275			5.691.140
Distribuição do valor adicionado (DVA)			governo 23% colaboradores 50% acionistas 0% terceiros 45% retidos -			governo 26% colaboradores 38% acionistas 0% terceiros 34% retidos

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Conselho de Administração

Marco Antônio Mayer Foletto
Presidente Interino

Edson Leonardo Dalécio Sá Teles
Conselheiro

Hugo Repsold Junior
Conselheiro

Rawlin Praia Bezerra
Conselheiro

Fabiana Graças Silva dos Anjos
Conselheira

Alfredo Rival Blanco
Conselheiro

Guilherme José Macedo Pinheiro de Lima
Conselheiro

Diretoria Executiva

Antonio Rubens Silva Silvino
Presidente

Paulo Penchiná Cortines Pereira
Diretor de Dutos e Terminais

Rogério Fernandes Figueiró
Diretor de Transporte Marítimo

Arthur Henrique de Aguiar Cançado Azevedo
Diretor Financeiro

Gilberto Moura da Silva
Diretor de Serviços

Roberto David Mendes da Silva
Gerente Executivo de Controladoria

Maurício Sérgio Alves Marques
Gerente de Contabilidade
Contador CRC- RJ- 068407/O

Parecer da auditoria externa



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Petrobras Transporte S.A.- Transpetro_(Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petrobras Transporte S.A.- Transpetro em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia referente a receita de serviços é realizada com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A.- Petrobras -e outras empresas do Sistema Petrobras, conforme divulgado nas notas explicativas nºs 1 e 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Anderson C. V. Dutra
Contador CRC RJ-093231/O-6

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE)

Aos Conselheiros de Administração da
Petrobras Transporte S.A.

1 – SOBRE O COMITÊ

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Petrobras Transporte S.A. ("Transpetro") é um órgão estatutário de caráter permanente, instaurado em 13 de novembro de 2018, e vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Seu funcionamento se dá de acordo com o Regimento Interno, aprovado pelo Conselho, e está sujeito às regras previstas na legislação - especialmente pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto nº 8.945/16, de 27 de dezembro de 2016.

Consoante seu Regimento Interno, o CAE tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções e manifestar-se sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; (iv) os cálculos e resultados atuariais dos planos de previdência e benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia; e (v) a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção.

No cumprimento de suas atribuições, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Transpetro sejam completas e exatas ou de que estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esta é uma responsabilidade da administração e dos auditores independentes.

De modo semelhante, no exercício de suas atividades, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores. As avaliações feitas pelo Comitê baseiam-se sobretudo nas informações e documentos recebidos da administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, da área de Governança, Riscos e Conformidade (GRC), da Controladoria, da Ouvidoria e das demais Unidades da Companhia.

Desde a sua instalação, em 13 de novembro de 2018, o CAE é composto pelos seguintes membros: Marco Antônio Mayer Foletto (membro independente do Conselho de Administração da Transpetro e Presidente do Comitê), Edson Soares Ferreira (membro externo independente) e Gerson Luiz Gonçalves (membro externo), sendo o Conselheiro Marco Antônio Mayer Foletto designado como especialista financeiro do Comitê, nos termos previstos na legislação brasileira e no Regimento Interno do CAE. Cumpre destacar ainda que a maioria dos membros do Comitê atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, §1º da Lei 13.303/16.

Desde fevereiro de 2016, o Conselho de Administração dispunha de um Comitê de Auditoria de natureza não estatutária (COAUD), que exerceu regularmente suas atividades, tendo sua extinção concomitante à instauração do CAE. No período de 11/07/2018 até a instauração do CAE, consoante deliberação do Conselho de Administração da Transpetro, o CAE da Petrobras teve sua atuação estendida à Transpetro, respondendo transitoriamente pelas atribuições fixadas pelo art. 24 da Lei 13.303/16 e pelo art. 38 do Decreto 8.945/16, no âmbito desta Controlada.

O presente relatório retrata, portanto, tão somente as atividades desempenhadas pelo CAE da Transpetro, desde 13/11/2018, até a data de 25/02/2019. As atividades anteriores a esse período, desempenhadas pelo COAUD da Transpetro ou pelo CAE da Petrobras encontram-se devidamente consignadas nos relatórios emitidos por aqueles Comitês e não fazem parte do escopo deste documento.

Outrossim, insta registrar que os membros deste CAE valeram-se de informações e registros fornecidos pelo COAUD, dando continuidade ao acompanhamento de demandas ou de trabalhos iniciados por aquele Comitê.

2 – RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES

No período deste relatório, o CAE realizou 18 reuniões, entre as quais uma reunião conjunta com o Conselho Fiscal e uma reunião conjunta com o CAE da Petrobras e o CAE de outras empresas do Conglomerado. As reuniões contemplaram um total de 72 pautas, envolvendo sobretudo as áreas de Controladoria (DFIN/GECONT), Governança, Riscos e Conformidade (PRES/GRC), Auditoria Interna (AUDIN) e Ouvidoria, conforme detalha a Figura 1 adiante.

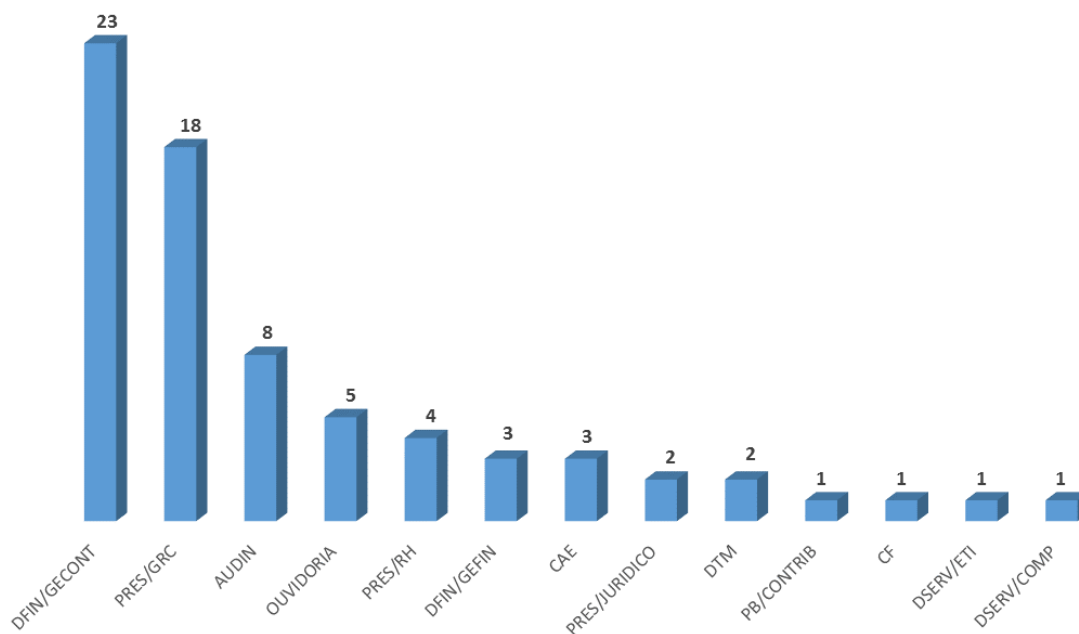


Figura 1-Distribuição das pautas do CAE por área responsável/autora ¹

¹ As demais siglas do gráfico representam as seguintes unidades/órgãos: PRES/RH (Ger. Exec. de RH); DFIN/GEFIN (Gerência Executiva de Finanças); PRES/JURIDICO (Ger. Exec. do Jurídico); DTM (Diretoria de Transporte Marítimo); PB/CONTRIB (Ger. Exec. de Contabilidade e Tributário da Petrobras); CF (Conselho Fiscal); DSERV/ETI (Ger. Exec. de Engenharia, Tecnologia e Integridade); e DSERV/COMP (Ger.Exec. do Compartilhado)

O gráfico abaixo detalha a distribuição das 72 pautas apreciadas pelo CAE ao longo do período, por tema, conforme detalhados no item 3 deste relatório:

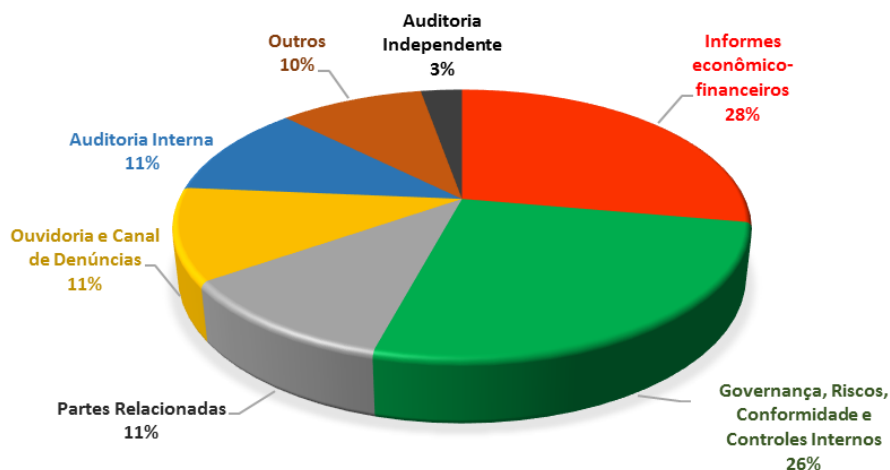


Figura 2 - Distribuição das pautas por grupo temático.

As pautas examinadas pelo CAE contemplaram demandas feitas pelo próprio Comitê visando ao exercício de suas atribuições, matérias submetidas ao Conselho de Administração que ensejaram a prévia **manifestação** ou conhecimento do Comitê, além de matérias sugeridas e encaminhadas por diferentes áreas da Companhia em caráter extraordinário.

Em geral, as pautas apreciadas pelo CAE foram acompanhadas de apresentações e esclarecimentos realizados pelos Gerentes Executivos e gestores das Unidades responsáveis. Em alguns casos, a discussão dos temas ensejou também interações do Comitê com o Presidente, o Diretor Financeiro e outros membros da Diretoria Executiva.

O conteúdo e as deliberações das reuniões do Comitê são registrados em atas aprovadas pelos membros do CAE participantes, as quais são oportunamente encaminhadas para o conhecimento do Conselho de Administração, arquivadas na sede da Companhia e publicadas, em forma de extrato, no site da Companhia.

Adicionalmente, os assuntos de maior relevância abordados pelo CAE foram levados ao conhecimento do Conselho de Administração, por meio de relatos feitos pelo Presidente do Comitê durante as reuniões do Conselho sobre as atividades e manifestações do Comitê.

No exercício de suas atribuições e de acordo com a análise e discussão das matérias apreciadas, o CAE efetuou demandas dirigidas a diversas áreas da Companhia. As demandas envolveram solicitações de esclarecimentos/informações ou sugestões/recomendações para melhorias de controle ou de processo.

As demandas do CAE são registradas e comunicadas às áreas responsáveis com o apoio de um Assistente designado pelo Comitê, que realiza o diligenciamento do atendimento de cada demanda conforme os prazos estabelecidos.

No período deste relatório foram registradas pelo CAE 86 demandas, das quais 97% foram atendidas no próprio período ou estavam no prazo ou em análise pelo Comitê.

Além das demandas feitas pelo CAE, o Comitê recepcionou as demandas registradas pelo COAUD, anteriores a 13/11/2018, e que permaneciam aguardando atendimento, bem como aquelas de caráter recorrente, totalizando outras 65 demandas. Deste total, 89% foram concluídas ou estavam em análise ou aguardando atendimento.

As figuras 3 e 4 a seguir indicam a posição das demandas do CAE e das demandas do COAUD recepcionadas pelo CAE, por status e por área responsável.

Demandas CAE

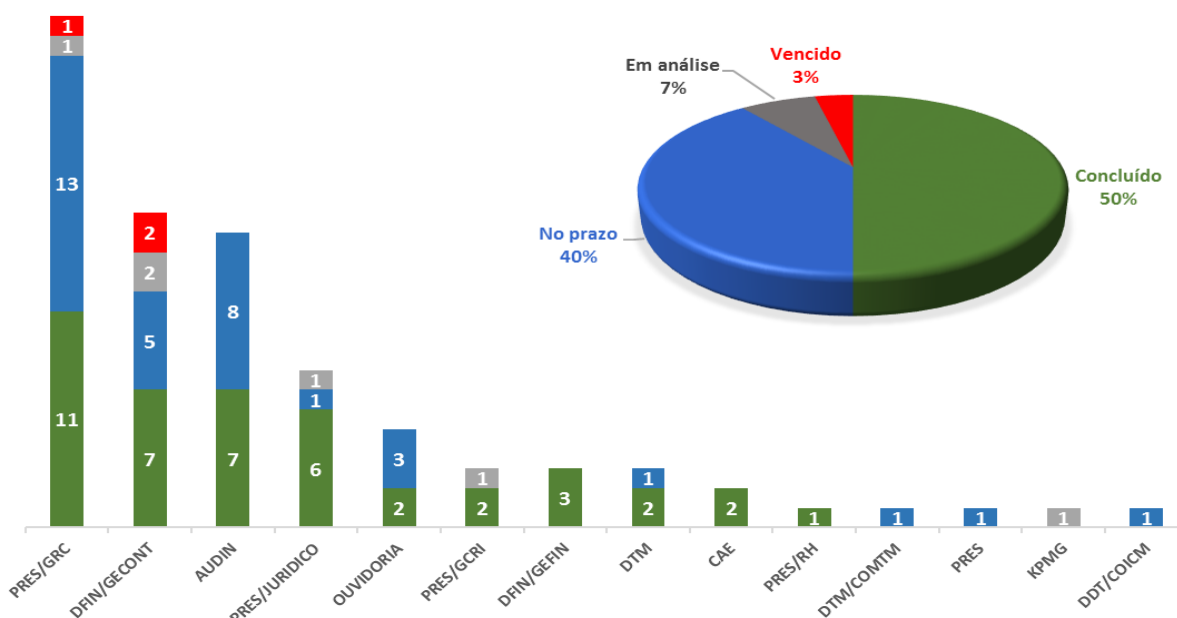


Figura 3 - Total de demandas do CAE por área responsável e por status (posição em 25/02/2019) ²

² As siglas acima representam as seguintes unidades/órgãos: PRES/GCRI (Gerência Executiva do Gabinete da Presidência, Comunicação e Relações Institucionais); DTM/COMTM (Ger. Exec. de Comercialização e Novos Negócios de Transporte Marítimo); DDT/COICM (Ger. Exec. de Controle Integrado, Conformidade e Manutenção de Dutos e Terminais). Para as demais siglas, consultar a Nota 1, complementar à Figura 1.

Demandas COAUD

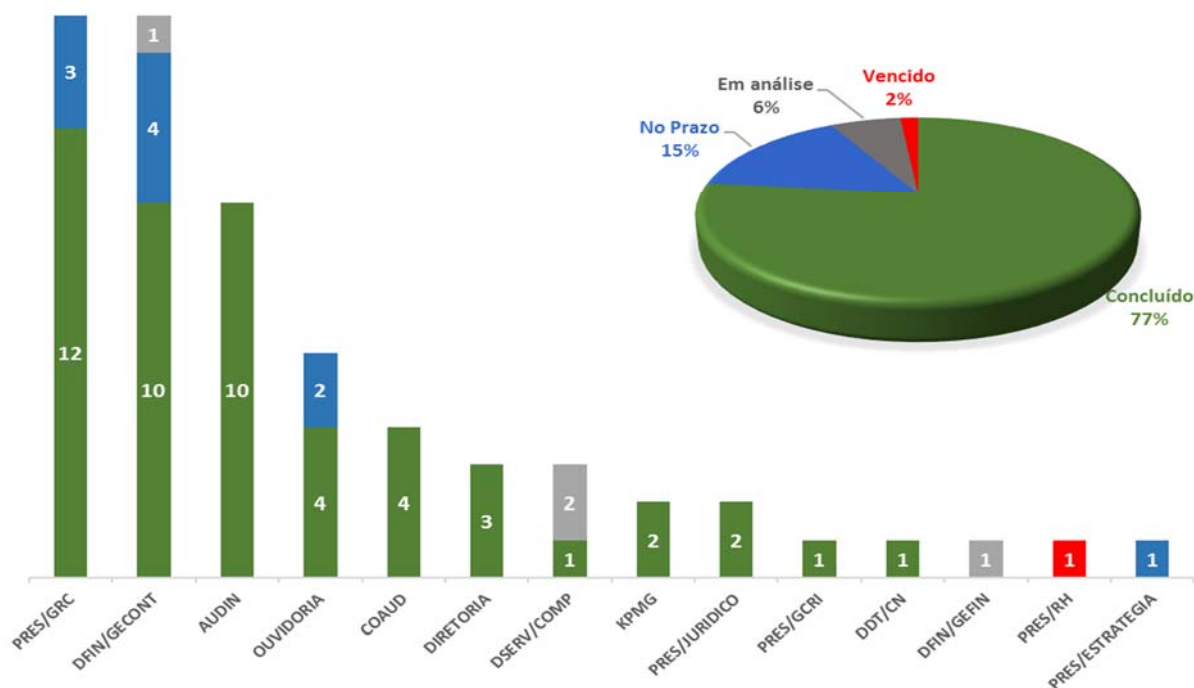


Figura 4 -Total de demandas do COAUD recebidas pelo CAE, por responsável e status (posição em 25/02/2019)³

² As siglas acima representam as seguintes unidades: DDT/CN (Gerência Executiva de Comercialização e Novos Negócios de Dutos e Terminais); PRES/ESTRATEGIA (Ger. Exec. de Estratégia); Para as demais siglas, consultar Notas das Figuras 1 e 3.

Para o exercício de 2019, o CAE elaborou uma programação de pautas permanentes com 51 itens inicialmente previstos, contemplando temas e matérias incorporados ao calendário de reuniões para o cumprimento das suas obrigações e responsabilidades.

3 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

3.1 - Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Transpetro (AUDIN) está diretamente subordinada ao Conselho de Administração e é responsável por avaliar de forma ampla e independente a adequação dos controles e processos da Companhia, com foco nos principais riscos, reportando ao CAE as questões de maior relevância.

As ações de auditoria para o exercício de 2019 estão previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), avaliado pelo CAE e aprovado pelo Conselho de Administração. O Plano de 2019 abrange a realização de trabalhos em todos os segmentos de negócio da Companhia, contemplando indicações da própria unidade de Auditoria Interna, da alta administração e também do Comitê de Auditoria.

O CAE apreciou, em fevereiro de 2019, o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) de 2018, encaminhado para o Conselho de Administração e para a Controladoria Geral da União (CGU).

Entre 13/11/2018 e 25/02/2019, o CAE reuniu-se em diversas ocasiões com o titular da Auditoria Interna e com representantes da Unidade, realizando o acompanhamento da execução do plano anual, das ações de auditoria - incluindo aquelas extraordinárias - bem como dos planos de ação das unidades para tratamento de pontos e recomendações decorrentes de trabalhos realizados.

A partir de janeiro de 2019, o acompanhamento das atividades da AUDIN passou a ser realizado em base mensal, por meio de reportes feitos pela Unidade ao CAE. Além disso, o Gerente Executivo de Auditoria Interna é convidado permanente em todas as reuniões do Comitê.

O CAE também tomou conhecimento da revisão da estrutura organizacional da Auditoria Interna, previamente aprovada pela Diretoria Executiva. Para o Comitê, esta estrutura parece adequada às necessidades da organização, e será objeto de contínua avaliação.

Cumprir destacar que a Auditoria Interna possui novo titular desde 01/08/2018, quando o Sr. Carlos Renato Fontes Triusciuzzi assumiu a função de Gerente Executivo da Unidade, após processo de seleção acompanhado pelo COAUD e realizado em observância aos requisitos dispostos na Portaria CGU n° 2.737/2017 e na Resolução CGPAR n° 21.

3.2 - Auditoria Independente

Desde 2017, a KPMG Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras da Companhia e emitir opinião independente em relação ao seu preparo e às práticas contábeis adotadas. Os exames da KPMG compreendem, também, a avaliação de controles internos, seja para fins da elaboração das demonstrações financeiras, seja para atender ao processo de certificação da Petrobras no âmbito da lei americana Sarbanes-Oxley (SOX).

Os auditores independentes reportaram ao Comitê, mensalmente, a evolução dos seus trabalhos e ratificaram sua independência, bem como a inexistência de qualquer restrição imposta pela administração à sua atuação.

O CAE também reuniu-se com os auditores independentes para tratar de questões associadas à preparação e à avaliação das demonstrações financeiras anuais e do relatório anual da administração e conhecer a opinião destes sobre os informes econômico-financeiros trimestrais.

Ademais, o CAE realiza o acompanhamento da avaliação contratual dos serviços prestados pela KPMG.

3.3 - Informes econômico-financeiros

O CAE reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Controladoria e Contabilidade, para apreciação dos resultados da Companhia, reportados em base mensal. Por meio desses reportes, o Comitê toma conhecimento do desempenho operacional e financeiro comparado com o Plano Anual de Negócios (PAN) e com o ano anterior.

No período deste relatório, o CAE conheceu: (i) as razões para o reconhecimento da perda por impairment, registrada no 4º trimestre de 2018, de R\$ 1,6 bilhão; (ii) a análise preliminar da administração sobre os impactos do IFRS 16; (iii) a situação do contencioso com enfoque nos processos com maior potencial impacto no resultado da Companhia; e (iv) o plano de ação da administração para automatização dos lançamentos contábeis.

Adicionalmente, o CAE tomou conhecimento das premissas aprovadas pela Diretoria Executiva da Transpetro para o cálculo atuarial de 2018. Em reunião conjunta com o CAE da Controladora e de outras sociedades do Sistema Petrobras, o CAE também apreciou o reporte da Fundação Petrobras de Seguridade Social, da área financeira da Controladora e das consultorias especializadas contratadas, sobre o cálculo atuarial do exercício findo em 31/12/2018.

Outro tema também apreciado pelo CAE no período foi a visão geral sobre a gestão do caixa da Companhia, apresentada pela Gerência Executiva de Finanças.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

3.4 - Partes Relacionadas

De acordo com a legislação e o Regimento Interno do CAE, compete ao Comitê monitorar as transações com partes relacionadas. No período deste relatório, o monitoramento foi feito mediante: (i) a apreciação do sumário de transações com partes relacionadas referente ao 4º trimestre de 2018, abrangendo as transações acima de R\$ 50 milhões; e (ii) o acompanhamento e discussão regular com a administração sobre transações entre Petrobras e Transpetro.

O CAE também é responsável pela análise prévia sobre operações que se enquadram em determinadas hipóteses previstas na Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração. No período, o Comitê realizou a análise prévia de duas operações usuais de suplementação de financiamento, encaminhadas para o Conselho de Administração.

Além disso, o CAE discutiu com a administração o fluxo e os requisitos para a realização da análise prévia, de modo a aperfeiçoar a execução da política vigente.

3.5 - Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos

Desde a sua criação, em dezembro de 2015, a Gerência Executiva de Governança, Riscos e Conformidade (GRC), vinculada ao Presidente, centraliza as ações de implantação, disseminação, suporte, avaliação e aprimoramento de políticas, diretrizes, práticas e controles que assegurem o fortalecimento da governança e da gestão, bem como o tratamento dos riscos empresariais.

A administração da Transpetro é responsável pelo desenho e pela implantação de procedimentos, processos e práticas de controles internos que garantam a salvaguarda dos ativos bem como a precisão e a integridade das informações contábeis.

A avaliação sobre os procedimentos e a execução dos controles adotados pela Companhia é feita pela Auditoria Interna, cabendo à auditoria independente a avaliação de controles aderentes ao escopo de certificação da Petrobras, com ênfase nos requisitos da lei Sarbanes-Oxley (SOX).

No período, o CAE realizou o acompanhamento do processo de avaliação de controles internos da Companhia, com base em reportes mensais realizados pela Auditoria Interna, pelos auditores independentes e por gestores da área de Governança, Riscos e Conformidade (GRC) da Companhia, à qual está vinculada a Gerência de Controles Internos.

As principais atividades da GRC foram reportadas ao CAE por meio dos relatórios de atividades dos 3º e 4º trimestres de 2018. Assuntos envolvendo a Unidade de GRC responderam por 25% do total de matérias apreciadas pelo CAE, e a Unidade foi a mais demandada pelo Comitê.

Como subsidiária da Petrobras, a Transpetro é alcançada pelos compromissos firmados pela Controladora com o Departamento de Justiça Americano (DoJ), assim como pelas recomendações do Conselho de Administração da Petrobras decorrentes de investigação independente. Esse alcance gera ações destinadas ao fortalecimento do ambiente de controles, da governança, das ações de integridade e do seu programa de prevenção à corrupção. As iniciativas da Transpetro no âmbito desses assuntos serão acompanhadas pelo CAE até a sua conclusão, prevista para o curso de 2019, não tendo sido reportadas preocupações por parte da administração em relação ao seu andamento.

Foram objeto de análise do CAE o Regime Disciplinar da Companhia e o Sistema de Consequências da Alta Administração, de forma a subsidiar a deliberação do Conselho de Administração. Adicionalmente, o CAE avaliou o funcionamento do Comitê de Correição e discutiu com a administração a possibilidade de melhorias nos procedimentos a ele relacionados.

O CAE também discutiu com a GRC a forma e a objetividade dos pareceres de conformidade emitidos pela área em apoio à tomada de decisão para a celebração de atos pelos gestores e órgãos superiores. Além disso, o CAE avaliou a proposta da administração para a recondução do titular da Gerência Executiva de GRC, aprovada pelo Conselho de Administração. Em observância aos requisitos da Resolução CGPAR n° 21, que regula o tempo máximo de permanência na função, o titular foi reconduzido ao cargo com mandato até novembro de 2021.

Cabe destacar que em novembro de 2018 foram divulgados os resultados do indicador de Governança IG-Sest - ciclo 2018. Em sua primeira participação, a Transpetro recebeu o certificado Nível 1 (grau máximo).

3.6 - Canal de Denúncias, Apurações e Ouvidoria

A Ouvidoria está diretamente subordinada ao Conselho de Administração, e é responsável pelo tratamento e pelo reporte de demandas envolvendo sugestões, críticas, solicitações, reclamações e denúncias dos públicos de relacionamento da Companhia. Entre as denúncias tratadas pela Ouvidoria, estão também aquelas de natureza anônima recebidas por meio do Canal Denúncias único do Sistema Petrobras.

No período de referência, a Ouvidoria reportou, por meio de relatórios e apresentações, as atividades desenvolvidas pelo órgão ao longo do ano de 2018, contemplando uma visão sobre as manifestações recebidas e tratadas no período. Além disso, o Comitê avaliou a proposta de Política da Função Ouvidoria, alinhada à política vigente na Petrobras, posteriormente aprovada pelo Conselho de Administração.

Na Transpetro, a Gerência Executiva de GRC é a responsável pelas apurações de denúncias decorrentes de relatos de fraude e corrupção, irregularidades na contratação de bens e serviços, falhas em auditoria e erros nas demonstrações contábeis. Conforme as diretrizes vigentes no Sistema Petrobras, a apuração das denúncias classificadas pela Petrobras como risco alto e muito alto está sob responsabilidade e coordenação da Controladora, ao passo que a apuração das demais denúncias, recebidas a partir de 2017, são conduzidas pela própria Transpetro. O processo de apuração, seja aquele coordenado pela Transpetro ou aquele conduzido pela Petrobras, conta com o apoio de empresas especializadas contratadas por ambas as Companhias.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro Empresa do Sistema Petrobras

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

O andamento das apurações realizadas em 2018 foi acompanhado pelo CAE por meio de reportes realizados pela GRC e pela área responsável por apuração de denúncias na Petrobras.

A conclusão dessas apurações, além de outras investigações internas, também foi objeto de reportes e discussões do CAE com a administração.

3.7 - Outros assuntos

Foram apresentados ao CAE outros temas relevantes, a saber:

- Status da aplicação da Lei 13.303/2016, do Decreto 8.945/2016 e das Resoluções CGPAR n° 22 e 23 à Transpetro;
- visão geral da subsidiária Transpetro International B.V. (TIBV), sediada na Holanda e vinculada ao negócio de transporte marítimo;
- assuntos afetos ao funcionamento e às atividades do Jurídico, como a forma dos pareceres emitidos pela área;
- reporte e Relatórios de Atividades do COAUD.

4 – CONCLUSÃO

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, que manifestaram opinião sem ressalvas, e do Relatório Anual Integrado, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Considerando as análises e discussões realizadas pelo CAE no transcorrer de suas reuniões, assim como os trabalhos de supervisão e acompanhamento resumidos neste relatório, e tendo por base as informações prestadas pela administração e pelos auditores independentes, o Comitê avalia que todos os fatos relevantes que são de seu conhecimento estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2018, bem como no Relatório Anual Integrado, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração. Outrossim, o Comitê recomenda à administração que aprimore de forma significativa os controles envolvendo transações com partes relacionadas.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2019

Marco Antônio Mayer Foletto
Presidente do CAE
Especialista financeiro do Comitê

Edson Soares Ferreira
Membro do CAE

Gerson Luiz Gonçalves
Membro do CAE